

## Quem disse ?

«A única coisa que me espanta é que se pretenda que Pinochet não seja julgado, invocando "razões humanitárias". É que não faz sentido que se liberte um ex-ditador utilizando expressões que ele não consegue entender.»

**Eduardo Prado Coelho**  
Público, 25 de Fevereiro

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1009 4 MARÇO 1999 100\$ - 0,5 €



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)



Porto, sede da Federação  
15 a 28 Março

## Parlamento

### Unidos de facto e com mais direitos

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS) levou, ontem, a plenário, na Assembleia da República, um diploma sobre o alargamento dos direitos das pessoas cuja família se constitui em união de facto.

Na exposição de motivos do projecto de lei socialista, os deputados do GP/PS justificam que as uniões de facto foram «vistas durante décadas pela lei ora com reprovação moral ora como indesejáveis. Progressivamente tornaram-se mais comuns na sociedade portuguesa e constituem actualmente uma opção de vida que a lei deixou de poder ignorar».

Assim, o diploma do Partido Socialista preconiza a «ampliação das situações em que o caso da união de facto é protegida pela lei».

Consideram-se como vivendo em união de facto os casais heterossexuais que vivam juntos há mais de dois anos - não podem ter menos de 16 anos, demência notória, casamento anterior não dissolvido ou parentesco em linha directa.

Os casais passam a beneficiar de protecção da casa de morada de família (e direito sobre a habitação em caso de morte do parceiro), do regime jurídico de férias, faltas e licenças equiparado ao dos casados, da aplicação do regime do imposto de rendimento das pessoas singulares nas mesmas condições dos casados, do poder de adopção e da protecção pela segurança social em caso de morte do parceiro.

Ficam também abrangidos pelos regimes de pensões por morte em acidente de trabalho e pensão por serviços excepcionais.

Embora frequentemente classificado como um diploma da JS, o projecto de lei socialista tem como subscritores (além obviamente de deputados da organização de juventude) Francisco Assis, Alberto Martins e António Reis.

## PACTO EUROPEU PARA O EMPREGO NA EUROPA

# GUTERRES BRILHA NO CONGRESSO DO PSE

O secretário-geral do PS apresentou um dos dois documentos centrais do IV Congresso do Partido Socialista Europeu (PSE), que terminou terça-feira em Milão. Intitulado «Um Pacto Europeu para o Emprego», o documento apresentado por António Guterres não só mereceu uma aprovação sem contestação, como também foi elogiado por vários chefes de Governo socialistas, casos de Lionel Jospin e de Massimo D'Alema. Durante o congresso, a pedido do chanceler germânico, Gerard Schroeder, o primeiro-ministro português falou com o seu homólogo germânico sobre as questões da Agenda 2000. No final desse encontro, Schroeder deu garantias de que a presidência alemã procurará tomar em linha de conta as pretensões nacionais no domínio das perspectivas financeiras da União Europeia até 2006.



### Sociedade & País

#### Miguel Fontes apresenta O livro das gerações



O secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes, apresentou, no dia 27, no Pavilhão de Portugal do Parque das Nações, em Lisboa, o livro «Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea».

A publicação resulta de um inquérito a uma amostra representativa da população portuguesa com idade superior a 15 anos, realizado em 1995 pelo Instituto de Ciências Sociais, com o apoio da JNICT.

### PS em Movimento

#### Congresso PS/M Mota Torres vence



O presidente do PS, Almeida Santos, apelou no dia 28 de Fevereiro à unidade do PS-Madeira, quer da Direcção, quer do Grupo Parlamentar, porque, frisou, «é preciso que deixemos de dar tiros no pé» e o «poder perde-se mais do que se ganha». O camarada Almeida Santos fez este apelo na cerimónia de encerramento do IX Congresso Regional do PS-Madeira que reelegeu por larga maioria o camarada Mota Torres como presidente do partido na Região.



## A «Nova Via Europeia»

António Guterres apresentou no IV Congresso do Partido Socialista Europeu (PSE), que terminou anteontem em Milão, o documento «Um pacto europeu para o emprego por uma nova via europeia».

No Congresso foi ainda aprovado, pelos líderes dos quinze partidos, o manifesto político do PSE com o qual irão apresentar-se aos cidadãos europeus no acto eleitoral de 13 Junho próximo. Um manifesto que Guterres considerou como «um bom documento, inteiramente compatível com o programa político e com as ideias» dos socialistas portugueses.

Recebido com assinalável êxito pelos mais de 500 congressistas, o texto do grupo de trabalho liderado pelo secretário-geral do PS, assume como uma das principais metas da União Europeia a criação de condições para que «o conjunto das políticas monetárias, salariais e fiscais estimule o investimento privado e público», gerindo «um crescimento sustentável».

«Num ambiente sem inflação, não há razões de não existir uma política monetária que não seja orientada para o crescimento durável e o emprego», afirmou António Guterres.

O Pacto Europeu para o emprego apresentado por António Guterres, que tem a ambição de relançar o crescimento na Europa, recomenda a todos os Estados-membros que ao aplicarem ao nível interno os «planos nacionais para o emprego devem igualmente definir metas mais vinculativas no que diz respeito aos instrumentos e recursos mobilizados».

Esta proposta que será, ainda, submetida à próxima Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da União Europeia em Colónia procura consagrar o princípio da empregabilidade, assim como «o reforço da coesão económica e social».

«As políticas de desenvolvimento regional poderão desempenhar um papel fundamental se estimularem a recuperação do atraso das regiões mais desfavorecidas e a convergência real relativamente à média da produtividade europeia - principal antídoto contra os riscos de dumping social e principal factor de reforço da coesão económica e social», pode ler-se num dos principais capítulos do documento coordenado pelo secretário-geral do PS.

## Evolução vertiginosa em Timor-Leste Portugal deve estar preparado

O porta-voz do Conselho de Ministros disse, no dia 25, em Lisboa, que, «estando a situação em Timor-Leste a evoluir tão rapidamente, Portugal tem de estar preparado para aquilo que vier a acontecer».

A afirmação foi feita por Vitalino Canas quando anunciava a criação, na dependência do ministro dos Negócios Estrangeiros, de um grupo de trabalho encarregado de, no prazo de dois meses, elaborar um relatório sobre a participação portuguesa na transição de Timor-Leste para a autodeterminação.

O grupo inclui representantes dos ministérios dos Negócios Estrangeiros, Defesa, Finanças, Administração Interna, Educação, Saúde e Trabalho, Secretaria de Estado da Administração Pública e organizações não governamentais (ONG).

Se o processo de autodeterminação vier a ocorrer «muito mais rapidamente do que seria previsível há uns meses atrás, Portugal tem de estar preparado e tem de saber exactamente o que fazer se for chamado a colaborar nesse processo», referiu ainda.

«Neste momento, nós estamos um pouco na expectativa de ver como é que a situação evolui e aquilo que nos vai ser exigido», explicou ainda o porta-voz do Governo português.

«Não somos nós que decidimos. Nós temos de acompanhar aquilo que nos for pedido. Nós não somos potência colonial. Se o fôssemos, possivelmente teríamos de ter forças no terreno, mas não o somos, e do ponto de vista jurídico somos meramente potência administrante», frisou.

Estas circunstâncias implicam que Portugal «tenha de estar preparado para, se as Nações Unidas o determinarem e se as consultas diplomáticas o exigirem, ajudar a resolver o problema de Timor-Leste», acrescentou.

to.

«Não temos de ter uma solução nossa. Temos de ser parte da solução que for criada a nível das Nações Unidas», observou ainda Vitalino Canas, quando respondia às sucessivas perguntas de repórteres sobre esta matéria.

### Portugal e Austrália discutem futuro

Os ministros dos Negócios Estrangeiros português e australiano abordaram, no dia 26, em Sesimbra, a questão de Timor-Leste, nomeadamente o papel que cada um dos países desempenhará no processo de transição do território.

O ministro australiano, Alexander Downer, que retribuiu assim a visita que o seu homólogo português fez à Austrália em Fevereiro do ano passado, chegou sexta-feira a Lisboa, depois de ter visitado a Indonésia, onde foi recebido pelo ministro Ali Alatas e pelo presidente Bacharuddin Jusuf Habibie.

Downer tem igualmente mantido contactos com os Estados Unidos, o Japão e países membros da União Europeia no sentido da criação de um grupo de contacto para Timor-Leste.

No encontro da semana passada com Jaime Gama, o ministro australiano visou, segundo afirmou à chegada a Lisboa, discutir o papel que Portugal poderá desempenhar no processo de transição, que as autoridades de Camberra pretendem que seja «o mais suave possível».

Para tanto, a Austrália está disposta a ajudar o território, quer o povo timorense opte pela independência, quer escolha uma autonomia integrada na Indonésia.



## ESTALINISMO – FLAGRANTE ACTUALIDADE

6 de Março

A preparação do IV Congresso e alguns artigos de opinião sobre esta reunião magna dos socialistas marcavam a edição de 6 de Março de 1981 do «Acção Socialista», que tinha também nas suas 12 páginas numerosas notícias sobre a intensa actividade desenvolvida pelas estruturas do partido do punho e de projecto de norte a sul do País.

Mas o «Acção Socialista» transcrevia também três importantes textos do semanário «L'Unité».

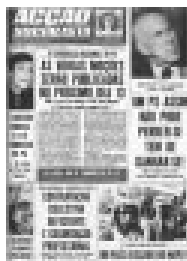
«Actualidade do Estalinismo», «Timor – uma ilha em breve riscada do mapa» e «Salvador – o Vietnam de Ronald Reagan?» eram os títulos dos artigos do «L'Unité» publicados nas páginas centrais do órgão oficial do PS, dirigido pelo camarada Alfredo Barroso e composto e impresso na CEIG.

Destaque ainda nesta edição para um interessante artigo do camarada Vítor Hugo Sequeira, um dos mais destacados sindicalistas do PS, sobre «A Questão Sindical e o IV Congresso do PS». J. C. B.

### Quem disse?

*Tu mulher socialista, que tens a força do altruísmo e da dignidade, estarás sem favor, entre os homens também socialistas, pela tua vontade, porque te entregas com ardor ao ideal que escolheste. E a ele a tua vida ofereceste. Por isso verás, mulher socialista, com a tua inteligência... vencerás.*

**Carlos Costa Silva**  
Poema «Mulher Socialista»



## Vale do Cão Criado Núcleo de Apoio às Empresas

No âmbito do Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Cão, foi assinado recentemente um protocolo para a criação do Núcleo de Apoio às Empresas, anunciado pela secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, em Dezembro passado, aquando das cerimónias de declaração de Património da Humanidade das Gravuras do Cão.

O protocolo assinado entre o PROCOA e

a ACICVNF visa, ainda, contribuir para a qualificação dos recursos humanos e promover a criação de emprego e a criatividade do meio e do espírito empresarial.

O Núcleo de Apoio às Empresas vai garantir a análise e detecção de oportunidades de investimento e facultar apoio técnico às empresas no sentido da sua modernização e desenvolvimento.

## GUTERRES BRILHA NO CONGRESSO DO PSE

O secretário-geral do PS apresentou um dos dois documentos centrais do IV Congresso do Partido Socialista Europeu (PSE), que terminou terça-feira em Milão. Intitulado «Um Pacto Europeu para o Emprego», o documento apresentado por António Guterres não só mereceu uma aprovação sem contestação, como também foi elogiado por vários chefes de Governo socialistas, casos de Lionel Jospin e de Massimo D'Alema. Durante o congresso, a pedido do chanceler germânico, Gerard Schroeder, o primeiro-ministro português falou com o seu homólogo germânico sobre as questões da Agenda 2000. No final desse encontro, Schroeder deu garantias de que a presidência alemã procurará tomar em linha de conta as pretensões nacionais no domínio das perspectivas financeiras da União Europeia até 2006.

**A**o apresentar o relatório do grupo de trabalho a que presidiu dentro do PSE, na segunda-feira, em Milão, o camarada António Guterres advertiu todos os congressistas para o facto de a questão do emprego ter de ser colocada em primeiro lugar em todos os níveis da agenda política. Reconheceu que, desde o momento em que os socialistas começaram a dominar a maioria dos governos da União Europeia, se começaram a registar progressos assinaláveis. Progressos que, no entanto, classificou ainda como insuficientes.

Num aviso a todos os dirigentes socialistas do PSE, sobretudo aos que têm responsabilidades governativas, o primeiro-ministro adiantou que os cidadãos esperam da esquerda europeia que a ideias agora propostas se tornem realidade. «Se falharmos agora, dificilmente seremos perdoados», advertiu.

Depois de considerar uma vergonha a existência na Europa de mais de 15 milhões de desempregados, António Guterres caracterizou a «Nova Via Europeia para o Emprego» como uma «trajetória de crescimento, inovação, modernização, reforma económica e expansão económica, remodelando as formas de trabalho e de emprego, mas também as oportunidades disponibilizadas pela sociedade».

Como objectivos políticos dos socialdemocratas e socialistas do PSE, Guterres colocou a prioridade ao desenvolvimento de novas áreas de emprego e novos factores de competitividade, preparando e



capacitando as pessoas, bem como a necessidade de promover uma nova trajetória por meio da inclusão social e de um crescimento sustentável e não inflacionário. Para o efeito, importa aliar ao aumento do crescimento um controlo da inflação, criar emprego de modo a integrar um maior número de pessoas no mercado de trabalho e aliar a protecção social à competitividade.

### Crescimento sustentável

O documento do grupo de trabalho de António Guterres recomenda a todos os governos políticas a favor de um maior crescimento, assim como taxas de juro mais baixas para uma maior facilidade ao nível da consolidação fiscal. «A nossa política deverá abrir novas oportunidades ao investimento público e privado e à modernização do Estado-Providência», salienta o texto do primeiro-ministro. Além de políticas a favor do aumento da procura, o secretário-geral do PS sustenta uma reestruturação da despesa pública, «de modo a aumentar a sua quota-parte no investimento e a reforçar as novas prioridades em investimento, complementadas com novos instrumentos financeiros».

O chefe do Governo português, na proposta que fez aprovar no congresso do PSE, também não se esqueceu de um ve-

lho combate do ex-presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors: a criação de «eurobonds». Assim, propõe-se que a política orçamental europeia desempenhe um papel cada vez mais importante no investimento em pequenas e médias empresas, na construção de redes trans-europeias, em infraestruturas de conhecimento, na educação, formação e programas piloto em política de emprego. «Para este efeito, o orçamento comunitário para as políticas estruturais e internas deve ser complementado pelo Banco Europeu de Investimento, pelo Fundo Europeu de Investimento e por parcerias diversificadas entre os sectores público e privado», acrescenta-se, antes de também se recomendar um aperfeiçoamento ao nível da harmonização fiscal entre os «Quinze» da União Europeia.

Outro capítulo do documento de António Guterres é dedicado à questão da inovação. Para o secretário-geral do PS, os orçamentos europeus deverão identificar a promover novas áreas de criação de postos de trabalho, melhorar a relação entre crescimento e emprego e dar satisfação às novas necessidades relacionadas com a nova organização do tempo, o envelhecimento, o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida». Propõe-se, igualmente, uma reforma dos sistemas de educação, estimular a criação de parcerias para a aprendizagem entre empresas escolas e

centros de formação, reforçar a orientação profissional para os jovens e os adultos, lançar uma carteira europeia de competências com o objectivo de promover a empregabilidade e a mobilidade regional e facilitar o acesso generalizado dos cidadãos à Internet.

### Sociedade de informação

O relatório do grupo de trabalho presidido por António Guterres destacou-se, ainda, pela apresentação de um desafio aos vários dirigentes socialistas da União Europeia, no sentido de, a partir de Junho deste ano, em conjunto, ser lançada uma iniciativa para a sociedade de informação. Uma iniciativa que seja «suficientemente ambiciosa para recuperar o enorme atraso relativamente aos Estados Unidos da América e criar a infraestrutura de base para o futuro», sublinha o texto do secretário-geral do PS.

Ao nível das políticas económicas, o relatório defende que o conjunto das políticas monetárias, salariais e fiscais terá de conseguir criar condições para estimular o investimento privado e público, bem como gerir o crescimento sustentável. Advoga-se, paralelamente, que o Banco Central Europeu «deve ser convidado a clarificar continuamente, de acordo com as suas regras de responsabilização e transparência, a sua política de estabilidade de preços e a sua responsabilidade em matéria de apoio às políticas económicas gerais».

Durante o congresso de Milão, além de António Guterres, a comitiva dos socialistas portugueses integrou os camaradas António Vitorino, António José Seguro, António Galamba, José Lamego, Maria Carrilho, José Conde Rodrigues e Jámila Madeira, em representação da Juventude Socialista. Em Milão, também participaram nos trabalhos a ex-ministra do Emprego, Maria João Rodrigues, assim como todos os eurodeputados socialistas, cuja delegação foi liderada pelo presidente do grupo, Luís Marinho.

Entre as decisões aprovadas no IV Congresso do PSE, destaque para a reeleição de Rudolf Scharping para a presidência dos partidos socialistas europeus. O ministro da Defesa da Alemanha, entre os 20 partidos que integram o PSE, apenas recebeu uma abstenção, tendo obtido 19 votos favoráveis. Em Milão, também sem qualquer contestação, foi assinado por todos os líderes de partidos do PSE um manifesto político, que servirá de base à campanha para as eleições europeias no próximo mês de Junho. A equipa que elaborou o manifesto político foi chefiada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, Robin Cook.

## PELO PAÍS

## Governação Aberta

**ADJUNTO** - O ministro-adjunto do primeiro-ministro, José Sócrates, presidiu, no dia 26, em Santa Maria da Feira, à assinatura de um protocolo para a instalação de um Centro de Atendimento a Toxicodependentes (CAT) que vai servir a zona Norte do distrito de Aveiro.

O protocolo, assinado entre a Câmara da Feira e o Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência, prevê que o centro de atendimento possa ser inaugurado no segundo semestre do ano 2000.

A autarquia vai investir cerca de 25 mil contos na construção do edifício onde funcionará o CAT, prevendo o protocolo que a obra seja adjudicada até ao final de Abril e esteja concluída dentro de um ano.

No final da cerimónia, Sócrates inaugurou o Complexo Municipal de Piscinas de Santa Maria da Feira, um empreendimento orçado em cerca de 550 mil contos, que está a funcionar desde Setembro de 1998.

**ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA** - O secretário de Estado da Administração Educativa, Guilherme d'Oliveira Martins, defendeu, no dia 25, no Montijo, o alargamento da intervenção dos municípios a todos os níveis de ensino, incluindo o universitário.

Oliveira Martins mostrou-se favorável a uma descentralização cada vez maior, das competências do Governo para os municípios, no domínio da Educação, chegando mesmo a admitir que a intervenção das autarquias possa estender-se ao ensino superior.

O secretário de Estado, que falava no salão nobre da Câmara do Montijo, na cerimónia da tomada de posse dos cerca de trinta membros do Conselho Local de Educação, lembrou que «a descentralização de competências no sector da Educação, é uma das prioridades definidas no Pacto Educativo de 1996».

**ADMINISTRAÇÃO INTERNA** - O ministro da Administração Interna, Jorge Coelho, inaugurou, no dia 25, no distrito do Porto, duas novas instalações das forças de segurança. Jorge Coelho presidiu na passada quinta-feira à cerimónia de inauguração do novo quartel da GNR no Marco de Canavezes, e, no dia seguinte, ao acto inaugural da nova esquadra da PSP de Rio Tinto, em Gondomar. O novo quartel da GNR, construído em terrenos cedidos pela Câmara Municipal do Marco de Canavezes, engloba quatro casernas, uma das quais destinada a agentes femininos.

O Posto Territorial do Marco de Canavezes vai manter, numa primeira fase, o efectivo que estava nas antigas instalações - 25 elementos -, mas está preparado para receber mais agentes.

As novas instalações estão equipadas com aquecimento central e dispõem de refeitório, bar, sala de estar, duas celas, secretaria, vários gabinetes e quartos de serviço, sala de instrução militar, lavanderia e cozinha. Existem ainda duas habitações contíguas ao quartel, destinadas ao comandante e segundo comandante do aquartelamento.

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** - O Conselho Superior da Administração e da Função Pública começou na passada semana a debater os «pontos críticos e de estrangulamento» de que enferma ao sector, com vista à proposição de medidas ao Governo. O Recenseamento Geral da Função Pública - peça estatística que serve de base à reflexão - remonta a 1 de Janeiro de 1996, e aponta desde logo como problemas mais importantes a baixa escolarização média dos funcio-

nários públicos e a falta de quadros técnicos no interior do País.

Em declarações à Imprensa, o secretário de Estado da Administração Pública, Fausto Correia - que preside ao Conselho -, afirmou: «Nesta fase estamos ainda a reflectir sobre estes problemas e só numa mais adiantada faremos recomendações ao Governo».

**AMBIENTE** - A ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, considerou que a reunião realizada, no dia 24, na Universidade de Coimbra (UC) permitiu «a primeira discussão seria» sobre o processo da co-incineração de resíduos perigosos.

Em declarações aos jornalistas no final do encontro, efectuado a convite do reitor da UC, Fernando Rebelo, e que durou cerca de seis horas, Elisa Ferreira disse que esperava da iniciativa «não um acordo», mas antes «um debate sério sem emotividade».

A ministra salientou que o debate, em que participaram dezenas de académicos, membros do seu gabinete e três estrangeiros especialistas na matéria (estes a convite da Scoreco), «foi muito concentrado em dados objectivo» e proporcionou uma «troca de opiniões muito frutuosa».

**CIÊNCIA E TECNOLOGIA** - O ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, defendeu na passada quinta-feira, dia 25, no Porto, uma aceleração do desenvolvimento das tecnologias de comunicação tendo em vista «uma sociedade mais equilibrada».

«Uma aceleração é essencial para garantir os mecanismos de emergência de uma sociedade da informação em Portugal», referiu o governante, para quem «a tecnologia só vale enquanto instrumento para uma sociedade equilibrada».

Para Mariano Gago, o caminho para se conseguir esse objectivo passa por «mais meios de comunicação, mais meios informáticos, uma enorme formação da sociedade portuguesa e uma diminuição drástica dos custos das telecomunicações e do equipamento».

A redução drástica dos custos exigirá, segundo o ministro, uma «massificação do consumo e uma democratização dos meios, num processo semelhante ao que aconteceu no passado com o telefone e a televisão».

«O Estado só pode intervir directamente em algumas áreas, como a educação, mas o essencial passa pelo mercado de massas», frisou.

O ministro falava durante a assinatura de um protocolo entre a Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações e a Fundação Portuguesa de Comunicações para a promoção de iniciativas conjuntas.

**EMPREGO E FORMAÇÃO** - O secretário de Estado do Emprego e Formação, Paulo Pedroso, presidiu ontem, dia 3, à sessão de abertura do seminário europeu «Emprego e família: a conciliação necessária», no auditório da RTP em Lisboa.

O tema deste seminário decorre da importância para a concretização do objectivo da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, designadamente no mercado de trabalho, correspondendo também a uma prioridade nacional expressa quer no Plano Global para a Igualdade, quer no Plano Nacional de Emprego.

Nesta iniciativa foram apresentadas e debatidas práticas inovadoras de «conciliação» realizadas em Portugal e em outros Estados-membros, em particular o projecto CONFATRA implementado pela RTP.

**EQUIPAMENTO** - O ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, João Cravinho, e quatro autarcas da margem sul que querem ver o metro a circular nos seus municípios, encontraram-se, no passado dia 26, em Lisboa, numa reunião que, segundo um porta-voz ministerial, «foi muito útil, estando o processo bem encaminhado».

No encontro, que se prolongou por mais de três horas, participaram, além do ministro do Equipamento, o secretário de Estado dos Transportes, Guilhermino Rodrigues, e os presidentes das Câmaras de Almada, Seixal, Moita e Barreiro.

A agenda era dominada pela questão da instalação do Metro a Sul do Tejo.

Durante os trabalhos, todos os participantes expressaram o seu acordo com o lançamento do concurso público internacional para o projecto, construção e exploração

daquele meio de transporte.

**INDÚSTRIA E ENERGIA** - O Programa Infante vai passar a contemplar a indústria têxtil como um sector específico e terá continuidade no terceiro Quadro Comunitário de Apoio, anunciou, no dia 24, o secretário de Estado da Indústria e Energia.

«Os têxteis serão a primeira iniciativa sectorial dentro do Programa Infante», afirmou o secretário de Estado, Fernando Pacheco, na Exponor, Matosinhos, no encerramento de uma jornada dedicada a esta iniciativa da AlPortuense para promover a produção e consumo de produtos portugueses de qualidade. De acordo com Fernando Pacheco, a alteração na filosofia inicial do programa deverá ser concretizada a curto prazo e justifica-se por a fileira têxtil ser um dos sectores mais exportadores da indústria portuguesa.

## CONSELHO DE MINISTROS

## Reunião de 25 de Fevereiro

## O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma resolução que encarrega o ministro dos Negócios Estrangeiros de preparar um Programa-Quadro de Cooperação, ajustado às tarefas de reconstrução e reabilitação da Guiné-Bissau;
- Uma resolução que cria um grupo de trabalho, na dependência do ministro dos Negócios Estrangeiros, para elaboração de um relatório sobre a participação portuguesa na transição conducente à autodeterminação de Timor-Leste;
- Um decreto-lei que cria o Sistema de Qualidade em Serviços Públicos;
- Uma resolução que aprova as minutas do contrato de investimento e respectivos anexos a celebrar entre o Estado Português e a Continental Aktiengesellschaft e a Continental Mabor - Indústria de Pneus, SA, para a expansão e modernização da actual unidade industrial de Vila Nova de Famalicão desta última sociedade, visando não só o aumento da sua capacidade produtiva, mas também a produção de pneus de mais elevada qualidade;
- Um decreto-lei que altera o artigo 20º do Código Cooperativo e estabelece outras regras relativas ao processo de adaptação do capital social das cooperativas, bem como de valores mobiliários por estas entidades, ao euro;
- Um decreto-lei que fixa as regras e os procedimentos a adoptar em Portugal que permitam dar cumprimento ao previsto no Regulamento CE n.º 1469/95 do Conselho, de 22 de Junho, e no Regulamento CE n.º 745/96 da Comissão, de 24 de Abril, os quais instituem um sistema que permite identificar e dar a conhecer, à Comissão e aos Estados-membros, os operadores que apresentam um risco de não fiabilidade no domínio das restituições à exportação, concursos e venda a preços reduzidos de produtos de intervenção financiados pelo FEQGA-Garantia, bem como aqueles sobre os quais recaia fundada suspeita de o terem feito;
- Um decreto-lei que dispensa a feitura de actos e a apresentação de documentos de registo comercial;
- Um decreto-lei que introduz alterações no regime jurídico da protecção na doença e ao sistema de verificação de incapacidades;
- Um proposta de lei que autoriza o Governo a aprovar o Estatuto Profissional dos Despachantes Oficiais, bem como a revogar diversos artigos da Reforma Aduaneira, aprovada em 1965;
- Uma proposta de resolução que aprova o Tratado de Extradicação entre a República Portuguesa e a República Tunisina, assinada em Tunes, em 1998;
- Uma proposta de resolução que aprova o Tratado de Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal entre a República Portuguesa e a República Tunisina, assinado em Tunes, em 1998;
- Um decreto-lei que altera a Lei Orgânica da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais e alguns diplomas conexos;
- Um decreto-lei que altera as categorias atribuídas aos directores dos Mosteiros dos Jerónimos, Santa Maria da Vitória (Batalha), Alcobaça, da Biblioteca da Ajuda, do Panteão Nacional e Convento de Cristo, de forma a equipará-los a director de serviços;
- Um decreto-lei que aprova a Lei Orgânica da Secretaria-Geral do Ministério da Economia;
- Um resolução que aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Beja;
- Um resolução que aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Chaves;
- Uma resolução que ratifica o Plano de Pormenor do Aglomerado do Caia, no município de Elvas;
- Uma resolução que ratifica o Plano de Pormenor do Troço Norte da Rua de São Bento, no município de Santarém;
- Uma resolução que ratifica o Plano Director Municipal de Albergaria-a-Velha;
- Uma resolução que nomeia o Conselho de Administração do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) que passa a ser constituído por José Mota Mota (presidente) e pelos vogais Jaime Serrão Andrez e Carlos Maria Blasques da Rosa Leal;
- Uma resolução que cria a Comissão para a Promoção do Museu da Moeda e da Medalha;
- Uma resolução que nomeia Paulo Jorge Peralta Carpinteiro para o cargo de gestor da componente «Turismo Juvenil» da Intervenção Operacional «Turismo e Património Cultural», incluída no Quadro Comunitário de Apoio.

## SISTEMA E CONSELHO PARA A QUALIDADE

O Governo socialista decidiu-se, no dia 25, pela criação de um Sistema de Qualidade em Serviços Públicos (SQSP).

O decreto-lei, aprovado em versão final na última reunião de Conselho de Ministros, em Lisboa, vem aproximar os sistemas de gestão da Administração Pública dos sistemas em vigor no sector empresarial privado, a fim de que aquela melhore a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e à acção governativa, através da reconversão quer dos seus métodos de gestão e funcionamento, quer dos seus sistemas de organização e princípios de legitimação.

A ideia patente na aprovação do diploma é a de que qualidade nos serviços públicos é hoje uma necessidade imperativa, uma vez que cidadãos são cada vez mais exigentes em relação aos serviços que a Administração Pública lhes presta e porque os funcionários e agentes aspiram a que o seu trabalho seja mais responsável, mais gratificante e mais rico sob o ponto de vista do seu conteúdo funcional.

As razões que estão na base de um SQSP também residem na verificação de que os custos económicos e sociais resultantes da ausência de qualidade nos serviços públicos são cada vez maiores e mais pesados para



o cidadão e para os agentes económicos. Neste contexto, criou-se um Sistema de Qualidade em Serviços Públicos, definindo a sua estrutura, os órgãos que o compõem, as regras por que se rege, os critérios em que deve assentar, visando estimular práticas de qualidade em todos os serviços públicos, com o objectivo final de institucionalizar uma nova cultura de gestão da Administração Pública. O decreto-lei em causa aplica-se aos serviços e organismos da administração central, regional e local, bem como aos institutos públicos nas modalidades de serviços personalizados e fundos públicos, sem prejuízo da competência dos órgãos de governo pró-

prio das Regiões Autónomas.

O Executivo socialista criou ainda um Conselho para a Qualidade nos Serviços Públicos (CQSP) que funcionará como órgão de consulta do governante responsável pela Administração Pública, no âmbito da política de promoção e desenvolvimento da Qualidade em Serviços Públicos, competindo-lhe, em geral, analisar a situação a nível nacional, bem como assegurar o intercâmbio, a nível nacional e internacional, de experiências e iniciativas neste domínio.

Entre as atribuições do CQSP inclui-se também a emissão de pareceres e elaboração de propostas a solicitação do membro do Governo que tiver a seu cargo a Administração Pública.

Propor e acompanhar a execução de políticas e programas de dinamização da qualidade na Administração Pública; aprovar os princípios e as metodologias relativas ao SQSP; emitir recomendações no domínio da qualidade nos serviços públicos e acompanhar o funcionamento do Sistema da Qualidade nos Serviços Públicos; e fazer-se representar no Conselho Nacional da Qualidade são ainda competências do Conselho para a Qualidade.

O CQSP é presidido pelo membro do Governo que tiver a seu cargo a modernização

administrativa e dele fazem parte o director do Secretariado para a Modernização Administrativa, na qualidade de vice-presidente; o director-geral da Administração Pública; o director-geral do Orçamento; o presidente do Instituto Português da Qualidade; o director-geral das Autarquias Locais; o presidente do Instituto do Consumidor; o director regional de Organização e Administração Pública dos Açores; o director regional da Administração Pública e Local da Madeira; e um representante de cada departamento governamental, preferencialmente através dos coordenadores dos respectivos Núcleos de Modernização Administrativa.

O Conselho para a Qualidade nos Serviços Públicos integrará ainda um representante de cada uma das seguintes organizações: Associação dos Consumidores de Portugal; Associação Nacional dos Municípios Portugueses; Associação Nacional das Freguesias (ANAFRE); Associação Portuguesa para a Defesa dos Consumidores; Confederação da Indústria Portuguesa; Confederação do Comércio e Serviços; Confederação dos Agricultores de Portugal; Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional; Confederação Nacional da Agricultura; Confederação de Turismo Português; e União Geral de Trabalhadores.

## VIABILIZADO SISTEMA DE SEGURANÇA E FISCALIZAÇÃO

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 25, em Lisboa, um decreto-lei que fixa as regras e os procedimentos a adoptar em Portugal para a viabilização do cumprimento do previsto no regulamento comunitário relativo a um sistema que permite identificar e dar a conhecer, à Comissão Europeia e aos Estados-membros da União, os operadores que apresentam um risco de não fiabilidade no domínio das restituições à exportação, concursos e venda a preços reduzidos de produtos de intervenção financiados pelo FEOGA-Garantia, bem como aqueles sobre os quais recaia fundada suspeita de o terem feito.

São considerados operadores não fiáveis aqueles que cometeram, ou tentaram cometer, irregularidades no domínio das restituições à exportação, concursos e vendas a preços reduzidos de produtos de intervenção financiados pelo FEOGA-Garantia, bem como aqueles operadores sobre os quais recaia fundada suspeita de o terem feito.

Feita essa identificação, e se o montante envolvido for superior a cem mil euros (20 048 200 escudos), a mesma deverá ser comunicada à Comissão Europeia, mediante a utilização de um formulário uniforme, para que aquela Instituição a faça circular pelos outros Estados-membros.



Esta rede de comunicações assenta na figura da autoridade competente que deverá existir em cada Estado-membro com a função de centralizar e difundir a informação, velando pelo correcto funcionamento do sistema.

A circulação da informação visa despoletar mecanismos de alerta relativamente a aqueles operadores no conjunto do espaço comunitário, mecanismos esses que se traduzem na aplicação das medidas concretas, de amplitude e âmbito variáveis, previstas naqueles actos comunitários.

## DESBUROCRATIZAÇÃO EM MARCHA

O Executivo socialista deu luz verde a um decreto-lei que dispensa a feitura de actos e a apresentação de documentos de registo comercial.

Este diploma cria um regime de excepção tendente a ultrapassar as sérias perturbações e constrangimentos no regular fluir do comércio jurídico, particularmente no sector empresarial, em resultado da situação de greve que se tem verificado em conservatórias do registo comercial.

Na verdade, além dos efeitos atribuídos pela lei ao registo dos actos a ele sujeitos, os cidadãos, em geral, e os agentes económicos, em particular, são frequentemente confrontados com a necessidade de apresentar documentos emitidos pelas conservatórias do registo comercial para a prática de uma multiplicidade de actos públicos e privados, designadamente concursos, operações na Bolsa de Valores e contratos de natureza diversa.

Impunha-se, por isso, a adopção de medidas de excepção tendentes a assegurar a normalidade do comércio jurídico, garantindo-se, simultaneamente, a segurança possível, dadas as circunstâncias actuais. Assim sendo, o decreto-lei institui a presunção da personalidade jurídica das sociedades e demais entidades sujeitas a registo comercial constituídas na vigência des-

te diploma ou nos 90 dias precedentes quando, por motivo de greve nos serviços de registo, os interessados se encontrem impossibilitados de a comprovar documentalmente.

Enquanto se mantiver a situação de greve nos serviços de registo comercial, e no período de 60 dias após a sua cessação, a exigência legal, para qualquer efeito, de apresentação de certidão do registo comercial pode ser substituída por declaração dos factos que a mesma se destina a comprovar, prestada pelos interessados, sob compromisso de honra.

Sem prejuízo da declaração anteriormente referida, podem os interessados juntar prova dos factos sujeitos a registo comercial mediante a apresentação dos documentos que serviriam de base aos correspondentes registos.

Fica suspensa a obrigatoriedade de legalização dos livros a que se refere o artigo 112º-A do Código do Registo Comercial, respeitantes a entidades que se integrem no âmbito da competência territorial das conservatórias encerradas ao público por motivo de greve.

Este diploma entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação e o termo da respectiva vigência é fixado no sexagésimo (60º) dia a contar da cessação da greve.

DEPUTADO JOEL HASSE FERREIRA

Diplomacia económica

## CRÉDITO FACILITADO PARA O BRASIL



A proposta da concessão de uma *credit facility* (facilidade de crédito) ao Brasil mereceu, na sessão plenária da Assembleia da República do dia 24, o apoio e o voto

favorável do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS).

As garantias foram dadas pelo deputado socialista Joel Hasse Ferreira que, durante a sua intervenção, frisou o desejo de que o debate contribuisse para um avanço da reflexão sobre os equilíbrios financeiros e a situação económica mundial.

Assim, para o parlamentar do PS, é preciso que a árvore não seja vista e estudada de forma isolada. É preciso, por isso, olhar também para a floresta.

«A proposta de *credit facility* a conceder ao Brasil merece ser debatida não só no quadro do que a operação em si mesma representa, mas também no âmbito do seu significado no contexto da situação financeira internacional e do próprio papel de Portugal e da zona do euro no momento actual e nos anos próximos», disse.

Depois de referir os recentes abalos sofridos pela economia de alguns países da Ásia, como o próprio Japão, e das oscilações do mercado de Leste, sobretudo da Rússia, Joel Hasse Ferreira explicou que o falhanço dos modelos radicais de ultraliberalismo asiático e da deriva da economia centralizada e planificada ainda não afectou de forma significativa a expansão económico-financeira, quer dos Estados Unidos da América, quer do dos países fundadores do euro, até agora em crescimento.

«Um apesar de tudo já longo período de expansão da economia norte-americana e a marcha para o euro da esmagadora maioria dos países da União Europeia foram permitindo absorver, de certa forma, os choques sobre os sistemas financeiros que as crises asiática e russa foram provocando», disse.

Mas, o caso do Brasil e da sua recente crise ganha outros contornos para a Europa em geral e muito especialmente para Por-

tugal. É que, como explicou Joel Hasse Ferreira, «os riscos do que se passa com a América Latina são, apesar de tudo, diferentes».

«As estreitas ligações existentes entre os diversos países sul-americanos, nomeadamente o Brasil, e vários membros da União Europeia, designadamente Portugal; o elevado peso da economia brasileira no próprio contexto sul-americano; o peso dos investimentos europeus e nomeadamente portugueses, no Brasil, obriga a que tenhamos de seguir com a máxima atenção a evolução económica e financeira deste grande país, o maior e mais populoso de língua portuguesa», sustentou.

Na opinião do deputado socialista, a importância estratégica desta relação económica é bem expressa na prioridade que muitos pretendem dar, e entre eles o PS, de um lado e do outro do Atlântico, a um eixo económico, político e cultural entre a UE e o Mercosul (mercado comum da América do Sul).

Daí que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não assumisse outra postura senão a de se manifestar favoravelmente quanto a uma *credit facility* a conceder ao Brasil, tanto mais que expressa o desejo de que esse «grande país irmão» alcance, a partir desta operação financeira, «um consolidado reequilíbrio financeiro, no caminho da retoma do desenvolvimento económico, sem o qual o equilíbrio financeiro não ganha a sua utilidade social», conforme referiu Joel Hasse Ferreira.

Para terminar a sua intervenção, o deputado do GP/PS fez questão de salientar que mais do que este tipo de operações de crédito facilitado, «a economia mundial num quadro de globalização necessita, com alguma frequência, da reformulação do papel e do funcionamento dos organismos monetários internacionais», acrescentando de seguida que «a Europa da União, onde funciona a economia de mercado, mas onde queremos impor os princípios, as regras, as práticas e as políticas de uma sociedade solidária, terá certamente que, dinamizada pelos socialistas e por outras forças de progresso, pressionar essa reforma das instituições monetárias internacionais». **M.R.**

POLÍTICAS SECTORIAIS

Petrogal de Matosinhos

## DEPUTADOS DO PS FAZEM PRESSÃO

A direcção do Grupo Parlamentar do PS vai realizar, no próximo dia 15, uma «acção de pressão» junto da Petrogal de Matosinhos, de forma a que os problemas existentes sejam resolvidos.

Esta vai ser a primeira de uma série de iniciativas a levar a cabo nos próximos meses pelos deputados da direcção do GP/PS em diversos locais, e abordando diferentes temas.

As chamadas «visitas temáticas a áreas regionais para discutir políticas sectoriais» do Governo deverão posteriormente incidir em temas como a Cultura ou a Saúde.

Demonstrando a «preocupação» dos deputados socialistas com esta questão, esta

primeira acção servirá para «analisar as condições em que opera a Petrogal» de Matosinhos, onde no ano passado morreu uma pessoa num acidente.

Prevista para o dia 15 (embora por questões de agenda possa vir a ser adiada para o dia 22), a acção em Matosinhos contará com a presença, entre outros, do presidente da Câmara Municipal do Porto, Fernando Gomes, e da ministra do Ambiente, Elisa Ferreira. Além da visita à Petrogal, esta iniciativa, para analisar os investimentos no domínio do ambiente na Área Metropolitana do Porto, levará os deputados ao aterro sanitário de Gaia e, ainda, a uma instalação de captação de águas.

DEPUTADO LUÍS VERÍSSIMO

Povoação de Ferragudo

## ELEVAÇÃO A VILA DE UMA «BRANCA PINCELADA DE VIDA»



O deputado socialista Luís Veríssimo garantiu, no dia 25, na Assembleia da República, que «a Povoação de Ferrugem, que é nos dias de hoje

um dos raros exemplos de conservação e manutenção de uma linguagem arquitectónica reveladora da cultura de uma região, possui os equipamentos sociais, culturais, religiosos, escolares e é servida por uma excelente rede de transportes públicos e comunicações, cumprindo assim os requisitos que justificam a sua elevação a vila». Na exposição de motivos do projecto de lei apresentado pelo parlamentar do PS, é feita uma descrição dos recursos naturais e humanos, bem como das infra-estruturas que servem a candidata a vila.

«Ferragudo, uma das seis freguesias do concelho de Lagoa (Algarve), tem uma área de 6,4 quilómetros quadrados e cerca de três mil habitantes». Lê-se na introdução do diploma, acrescentando-se que «sobranceira ao Rio Arade e ao mar, Ferragudo afigura-se-nos como uma branca pincelada de vida».

Segundo Luís Veríssimo, a Povoação de Ferragudo, situada «às portas do mar e do

rio que deram as boas-vindas aos povos desde tempos imemoriais da antiguidade», ainda hoje mantém o espírito desse remoto factor, marcadamente visível por um povo que se fez e ainda hoje se faz ao mar. Sublinhando que a freguesia tem a alma na Povoação de onde herda o nome, Veríssimo chama a atenção para o cais, designando-o como «símbolo vivo e etnográfico de uma aldeia de pescadores onde, ainda hoje, se pratica a pesca artesanal».

«Ao longo de uma extensa e sinuosa costa escarpada, com recortes naturais de rara beleza selvagem, mas não só, eis que surgem os oito praias da freguesia de Ferragudo», descreve o deputado do GP/PS, numa clara alusão ao *ex libris* que tem servido para manter o *status quo* na cena do ambientalismo local.

Depois de apresentar um breve enquadramento histórico da Povoação de Ferragudo, o projecto de lei apresentado por Luís Veríssimo elenca toda uma série de equipamentos colectivos, colectividades, monumentos feiras e festas tradicionais que fazem da «branca pincelada de vida» uma séria candidata à categoria de vila. **M.R.**

ELEIÇÕES

Proposta governamental

## MEMBROS DAS MESAS DE VOTO SERÃO REMUNERADOS

A Assembleia da República aprovou, na passada quinta-feira, dia 25, em plenário, sem votos contra, a proposta de lei do Governo para remunerar com senhas de presença os membros indicados para mesas eleitorais.

As senhas de presença a atribuir aos membros das mesas de voto, de acordo com o diploma do Executivo socialista, será equivalente ao valor atribuído para os deputados das Assembleias Municipais por cada reunião em que estes participem, ou seja, cerca de seis mil escudos.

No entanto, no dia anterior, durante a reunião da Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias, a proposta de lei governamental sofreu duas alterações em pontos considerados estruturantes. Alterações que foram democraticamente aceites pelo PS. A primeira alteração introduzida relaciona-se com o fim da limitação da idade para os membros nomeados para as mesas de voto no dia do acto eleitoral, ponto que o Governo pretendia estabelecer nos 25 anos.

Além de não haver qualquer idade mínima para a nomeação para mesas de voto, a partir dos 18 anos, a proposta de lei também deixa de limitar as indicações a cargo dos partidos aos lugares de presidente e de vice-presidente.

Por esta via, conserva-se a possibilidade



de os partidos indicarem a totalidade dos lugares que lhes são atribuídos nas mesas. Quanto à chamada bolsa de recurso, cujos elementos substituirão os indivíduos indicados pelos partidos em falta no dia do acto eleitoral, a prioridade na indicação terá como primeiro critério as habilitações literárias dos cidadãos disponíveis para exercer funções em mesas de voto.

O segundo critério, de desempate, é o da idade do candidato, privilegiando-se os mais idosos.

Para um cidadão fazer parte de uma bolsa de disponíveis para as mesas de voto, é necessário que o interessado faça a sua inscrição junto da respectiva junta de freguesia antes do dia das eleições.

DEPUTADO CARLOS CORDEIRO

Criação de municípios

## MAIS PODERES PARA AS COMISSÕES INSTALADORAS



O deputado socialista Carlos Cordeiro, numa intervenção na Assembleia da República durante o debate da proposta de lei do Governo que visa conceder mais poderes às comissões instaladoras dos novos municípios, disse que o referido diploma que a sua bancada votou favoravelmente, «não deve ser considerado uma «obra acabada», hermeticamente fechada a alterações que possam beneficiar os objectivos que estiveram na sua origem.

«Pela parte do GP/PS estamos inteiramente disponíveis para que, em sede de especialidade, lhe possamos introduzir alterações que permitam atingir mais facilmente os objectivos pretendidos», disse.

Segundo referiu o deputado do PS, o diploma do Governo vem conceder às comissões instaladoras «poderes que se reputam de necessários para que possam alargar a sua actividade para além dos meros poderes de gestão que na versão da lei-quadro lhes são atribuídos, de forma a clarificar o mais possível esses po-

deres, evitando-se interpretações dúbidas, sempre desagradáveis».

### Elencagem de competências

Carlos Cordeiro salientou que a proposta de lei «procede à elencagem dessas competências, que versam alguns dos aspectos mais relevantes da actividade municipal, permitindo às comissões instaladoras que se libertem dos aspectos restritos da mera gestão, de forma a dar cabal resposta a alguma das mais prementes necessidades das populações».

Na proposta de lei, frisou, «são ainda especificadas as competências do presidente da comissão instaladora e o estatuto dos seus membros, o que nos parece inteiramente justificado, na medida em que se trata de funções que irão ser necessariamente desempenhadas a tempo inteiro». Quanto ao parecer desfavorável da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, o deputado do PS disse não compreender alguns dos reparos feitos nesse parecer, até porque, frisou, parece haver neles «alguma incongruência».

J. C. CASTELO BRANCO

GP/PS

JAE

## PSD QUER OBSTRUIR INVESTIGAÇÕES

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista denunciou, na passada quinta-feira, dia 25, o facto de o PSD ter medo e de estar a tentar obstruir as investigações sobre eventuais casos de corrupção na Junta Autónoma de Estradas (JAE).

«Há pessoas perturbadas com este processo, porque não sabem até onde pode chegar. Pela parte do PS, doa a quem doer, queremos que a verdade dos factos seja apurada até às últimas consequências», afirmou o vice-presidente da bancada socialista José Junqueiro.

Em conferência de Imprensa, na sede nacional do Partido, José Junqueiro respondeu às acusações feitas na véspera pelo líder da bancada laranja Marques Mendes, sobre uma alegada falta de isenção de alguns dos elementos que integraram a equipa responsável pela sindicância à JAE.

Segundo o deputado socialista, foram nomeados para a equipa da sindicância - a convite do magistrado sindicante Pinto dos Santos e sem a interferência do ministro João Cravinho -, cerca de 40 elementos que estavam afectos a vários serviços do Estado, entre eles a Polícia Judiciária.

«O Governo esteve sempre determinado no sentido de fornecer todos os meios humanos e técnicos para que o magistrado sindicante reunisse as condições indispensáveis para conduzir as suas investigações», disse.

Concluída a sindicância e apresentado o

relatório final, de acordo com a mesma versão, todos esses quadros técnicos superiores regressaram às suas anteriores funções ao serviço do Estado.

Quanto aos «casos» levantados pelo PSD, o PS explicou que os três elementos citados por Marques Mendes fazem parte do Ministério da Defesa - ou seja, nunca estiveram em posição de dependência hierárquica do ministro que tutela a JAE - e também regressaram aos respectivos serviços depois de concluída a sindicância.

«O PSD tenta atirar areia para cima das investigações, lançando dúvidas sobre a sua isenção, mas não toleraremos ou pactuaremos com este tipo de actuação política», reagiu o líder do PS/Viseu, para quem todo o processo «foi claro e transparente».

Na declaração política de José Junqueiro, o PS também manifestou «total confiança» na forma como João Cravinho actuou desde o momento em que o ex-presidente da JAE Garcia dos Santos levantou as suspeitas de corrupção neste organismo dependente do Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território.

«João Cravinho agiu como lhe competia: depois das denúncias, ordenou uma sindicância e várias auditorias à JAE; e concluiu o relatório da sindicância, enviou-o para o procurador-geral da República e para o Parlamento, onde decorreu uma comissão de inquérito ao caso» - frisou José Junqueiro.

DEPUTADO MANUEL DOS SANTOS

PNDES

## VISÃO ESTRATÉGICA PARA VENCER OS DESAFIOS DO FUTURO



O Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES), para o período entre o ano 2000 e 2006, recentemente apresentado pelo primeiro-ministro, António Guterres, foi o tema central da intervenção do deputado socialista Manuel dos Santos no dia 24 de Fevereiro, na Assembleia da República.

En passant, Manuel dos Santos criticou alguns aspectos da postura demagógica do principal partido da oposição, PSD, que, segundo sublinhou, sai mais «fraco» e «dividido» do seu último congresso, e falou das já cansativas «proclamações anti-sistema do inefável Dr. Jardim».

Sobre o PNDES, destacou quatro designíons que estruturam toda a visão estratégica apresentada.

O primeiro designíon, frisou, «tem a ver com o respeito pelo Estado de Direito, pela cidadania democrática e pela solidariedade». Manuel dos Santos realçou que «não basta reforçar o Estado de Direito e a cidadania se for esquecida a coesão económica e social e a solidariedade».

### Coesão económica e social

Quanto ao segundo designíon, o da «par-

ticipação plena na construção europeia e no núcleo central que realizou a UEM», o deputado do PS referiu que foi «enorme» o progresso feito pela economia portuguesa nos últimos anos, mas alertou que é ainda «longo o caminho a percorrer para que possamos atingir os níveis de desenvolvimento da Europa mais rica».

Relativamente ao terceiro designíon, que passa pela «crescente afirmação de Portugal como parceiro da internacionalização em especial em África e no Brasil», Manuel dos Santos disse se trata afinal de reconhecer que «a vocação e destino portugueses não deve esgotar-se na Europa e que são múltiplas as oportunidades que se nos abrem de participar em espaços económicos e sociais mais amplos e mais abrangentes».

Finalmente o quarto designíon que tem a ver «com a necessidade de implantar no país uma cultura generalizada de exigência e rigor, criatividade, de inovação e qualidade, de iniciativa e responsabilidade», Manuel dos Santos disse ser este «o desafio essencial e mais complexo que passa pelo aproveitamento integral de todas as oportunidades e de todos os desafios para o desenvolvimento do País e das suas regiões».

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO PEREIRA MARQUES

Requerimento

## SITUAÇÃO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO



A situação dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo foi objecto de um requerimento apresentado no dia 24 pelo deputado socialista Fernando Pereira Marques.

No documento dirigido ao Ministério da

Cultura, o deputado socialista solicita ao que «face às notícias contraditórias difundidas pela Comunicação Social quanto a eventuais problemas existentes no IAN/TT devido, entre outros factores, à presença de grande quantidade de bibliógrafos», lhe sejam dados todos os esclarecimentos considerados úteis sobre o assunto.

J. C. C. B.

## AGENDA PARLAMENTAR

### Quinta-feira, dia 4

A Assembleia da República reúne hoje, a partir das 15 horas, para analisar a proposta de lei do Executivo que garante uma maior igualdade de oportunidades na participação de cidadãos de cada sexo nas listas de candidatura apresentadas nas eleições para o Parlamento nacional e europeu quanto aos deputados a eleger por Portugal.

As votações regimentais decorrerão às 18 horas.

### Sexta-feira, dia 6

Os deputados dos partidos com assento parlamentar farão amanhã, às 10 horas, perguntas ao Governo.

### Quarta-feira, dia 10

Dois projectos de lei e um projecto de resolução estarão em discussão na próxima quarta-feira, a partir das 15 horas, no hemiciclo de São Bento.

O primeiro projecto de lei, da iniciativa do PCP, garante aos pais e encarregados de educação melhores condições de participação na vida escolar e de acompanhamento dos seus educandos.

O segundo diploma avançado pela bancada laranja que pretende abordar o tema do planeamento familiar e da saúde reprodutiva.

Por último, o projecto de resolução comunista é um diploma relativo à adopção de medidas contra a deslocalização de empresas.

PE

Manifesto

## BARROS MOURA QUER ÁGUA COMO PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE

Um apelo para um «Contrato Mundial da Água», para que ela seja reconhecida como um bem vital património comum da humanidade e o alargamento da rede de parlamentos a nível mundial que defende aquela ideia, foi lançado no dia 25 de Fevereiro no Parlamento Europeu (PE) pelos deputados socialistas Barros Moura e Rinaldo Bontempi, bem como por Ricardo Petrella, autor do «Manifesto da Água», cuja comissão promotora mundial é presidida por Mário Soares. Ao intervir sobre a necessidade da água ser um bem acessível a todos os cidadãos do planeta, Barros Moura parafrazeou o primeiro-ministro, António Guterres, afirmando que, tal como acontece com a globalização, é necessário regular o acesso à água de uma forma global e globalizar esta regulação. De salientar que perto de um milhão e meio de pessoas não tem acesso à água, situação que poderá agravar-se nos próximos anos.

### Evitar a petrolização da água

«A água está a tornar-se como o petróleo. Uma mercadoria que interessa cada vez mais ao capital privado. É preciso evitar a petrolização da água», disse, por sua vez, Riccardo Petrella. O manifesto para o contrato mundial da água prevê a realização de acções de grande envergadura sob o signo «Um colectivo mundial – água para a huma-



nidade» e irá apoiar-se essencialmente nas organizações da sociedade civil. Serão feitas campanhas a nível mundial nos próximos seis anos. Quanto aos Parlamentos, na Europa existem já perto de 50 que estão associados.

O «Manifesto da Água», que foi adoptado em Lisboa, em 11 de Setembro passado, é assinado por mais de vinte personalidades de grande prestígio internacional de todos os continentes.

No Parlamento Europeu, esta iniciativa é assinada pelo eurodeputado conservador Carlos Pimenta, pelo ex-primeiro-ministro francês, o socialista Michel Rocard, e pelo presidente da Comissão do Ambiente, Ken Collins, entre muitos outros de diversas nacionalidades.

UE

Alemanha

## TRABALHADORES FORÇADOS AO NAZISMO VÃO SER INDEMNIZADOS

Doze grandes empresas alemãs acordaram recentemente em criar um fundo de indemnização e uma fundação para indemnizar trabalhadores forçados sob o regime nazi.

A iniciativa proposta pelas empresas alemãs compreende «duas partes equilibradas», precisa um comunicado publicado no final de uma mesa-redonda com o chanceler alemão, Gerhard Schröder.

Trata-se «em parte de um fundo humanitário em favor dos antigos trabalhadores forçados e pessoas que sofreram prejuízos por parte do regime nazi», segundo o comunicado.

A outra parte é «uma fundação de apoio a projectos que tem uma relação directa com o primeiro fundo», acrescentaram as empresas no seu comunicado.

Os grupos participantes apelaram a outras empresas alemãs para se juntarem à iniciativa. O objectivo é efectivá-la a 1 de

Setembro. Schroeder, chefe do Governo de centro-esquerda vermelho-verde, «saúda e aprecia» o valor desta iniciativa e «aceita que o seu Governo a acompanhe», segundo o comunicado.

### Recordação, responsabilidade e futuro

A iniciativa, intitulada «Recordação, Responsabilidade e Futuro», deverá permitir às empresas lançar um sinal material «no fim do século», segundo o comunicado. Nenhuma soma foi avançada mas as vítimas deverão receber um apoio, independentemente da sua religião ou nacionalidade.

A chancelaria convidou a Siemens, Allianz, Volkswagen, Deutsche Bank, Dresdner Bank, Degussa, Daimler-Chrysler, BMW, Hoechts, Bayer, BASF e Krupp para a mesa-redonda.

UE

Investigação e desenvolvimento

## CARLOS LAGE CRITICA COMISSÃO EUROPEIA

O eurodeputado socialista Carlos Lage criticou no dia 24 de Fevereiro a Comissão Europeia pela má distribuição dos recursos destinados à investigação e desenvolvimento, os quais, na sua opinião, deveriam ir para países que até aqui têm tido menos peso nesses domínios e para equipas mais pequenas e maleáveis nas regiões menos desenvolvidas.

A crítica de Carlos Lage foi feita na sessão plenária durante a discussão de um relatório sobre o reforço da coesão e a competitividade através da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação.

«Não se trata, sublinhou Carlos Lage, de advogar uma demagógica dispersão territorial dos grandes eixos e prioridades

dos programas-quadro, mas sim descentralizá-lo dos pólos de alta investigação e altas tecnologias para outros centros menores e para equipas mais pequenas e maleáveis nas regiões mais pobres.» Dado que esses programas não representam mais do que quatro por cento das despesas de investigação, Carlos Lage defendeu que elas poderiam ser melhor distribuídas e constituir um impulso poderoso para países como Portugal, até agora os parentes pobres nestas áreas.

O eurodeputado socialista considerou ainda que a difusão e a absorção do saber científico, do progresso tecnológico e da inovação poderá ser uma das prioridades do desenvolvimento regional e da política de coesão do futuro da Europa.

EUROPEIAS

Entrevista

## SOARES QUER EUROPA FORTE FACE AOS EUA

O ex-Presidente da República e fundador do PS, Mário Soares, justificou o seu regresso à política com a necessidade de «criar uma Europa forte face aos Estados Unidos».

Mário Soares alertou ainda para os perigos do capitalismo especulativo.

As afirmações de Soares foram publicadas na edição do dia 2 do jornal «El País».

«Os socialistas, à frente de 13 dos 15 Governos da União Europeia, não devem desaproveitar esta oportunidade histórica de impulsionar uma Europa forte que restabeleça o equilíbrio necessário para a estabilidade mundial», defende o cabeça-de-lista do PS às eleições europeias de 13 de Junho. O ex-Presidente, para quem sua candidatura «faz parte de um exercício de humildade democrática» que compara com os casos de Giscard d'Estaing, Michel Rocard ou de Willy Brandt, diz que o «alargamento europeu exige uma série de reformas prévias para que as futuras adesões não suponham uma diminuição da Europa, como assina-

lam os eurocépticos, e não provoquem uma perda de eficácia em relação aos EUA».

### Os perigos do capitalismo especulativo

Em sua opinião, a UE «deve construir um espaço político sólido para que, de acordo com os Estados Unidos e em igualdade de condições, restabeleça os equilíbrios necessários para a estabilidade mundial e seja capaz, entre outras coisas, de dar um novo impulso à ONU».

«Sem esse papel que a Europa merece, acabaremos dominados pela hegemonia dos EUA», sustenta Soares.

Para Mário Soares, se a Europa não conseguir esse objectivo, corre-se o risco de «um ressurgimento dos conflitos que provocaram as últimas guerras mundiais, como os nacionalismos violentos, a xenofobia, o racismo ou o império do capitalismo especulativo».





ONU

Relatório sobre população

## ESPERANÇA DE VIDA AUMENTOU 20 ANOS DESDE 1950

O secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, esteve recentemente na conclusão de uma conferência que celebrou a cada vez maior longevidade do ser humano.

Segundo os dados da ONU sobre população, o enorme aumento da longevidade provocou um prolongamento da esperança de vida em 20 anos desde 1950, sendo actualmente de 66 anos.

Os números relativos a cada país indicam que no Japão, por exemplo, a média é superior, e em locais com a Rússia ou o Mali, muito inferior.

A maior parte das pessoas com 60 ou mais anos - 55 por cento - são mulheres. Entre os que têm 80 ou mais anos, 65 por cento são mulheres. As mulheres japonesas têm actualmente uma esperança de vida de 83 anos, a mais alta no mundo, enquanto as mulheres bolivianas vivem, em média, menos 20 anos.

A conferência de dois dias sobre envelhecimento, apontou o aumento da longevidade como um dos maiores feitos da humanidade, com a melhoria da saúde, higiene e nutrição a prolongarem o tempo de vida na maior parte dos países, apesar de doenças como a SIDA.

«Celebramos o envelhecimento em si. Nos últimos 50 anos, foram acrescentados 20 anos ao tempo médio de vida», disse Annan durante uma vídeo-conferência que incluiu depoimentos de especialistas em envelhecimento da Suíça, Sri Lanka e Chile.

«Estas são boas notícias, apesar dos mitos pessimistas que têm dominado a opinião pública acerca do envelhecimento», declarou o secretário-geral, apelando a to-



dos os governos para que façam planos a longo prazo relativamente às respectivas populações idosas, particularmente as mulheres.

Estas «têm mais probabilidades que os homens de envelhecer na pobreza e de ser discriminadas. Além disso, as suas contribuições como prestadoras de cuidados -

por exemplo, a netos órfãos devido à SIDA - são frequentemente ignoradas e mal pagas, se é que são pagas», disse Annan. As nações em desenvolvimento, onde vivem a maior parte dos idosos, «enfrentam o envelhecimento e terão que pôr de parte recursos substanciais e garantir que os serviços públicos de saúde e de assistên-

cia social estejam à altura do seu trabalho», disse.

Os números sobre a crescente população idosa mundial apresentados às várias centenas de delegados da Europa, América Latina e Ásia prognosticam vários desafios específicos - alojamento adequado, centros comunitários centralizados e prestação de cuidados.

Destes números destacam-se:

Uma em cada dez pessoas tem actualmente 60 ou mais anos, com o Japão a apresentar a maior percentagem de todas. Nos Estados Unidos, uma em cada seis pessoas tem 60 anos ou mais. Em 2050, uma em cada cinco pessoas terão 60 anos ou mais.

A própria população mais velha está a envelhecer. Actualmente, as pessoas com 80 ou mais anos representam 11 por cento da população com mais de 60 anos. Em 2050, 27 por cento da população idosa terá mais de 80 anos.

Em consequência deste envelhecimento progressivo, as Nações Unidas declararam, no mês passado, 1999 o Ano Internacional das Pessoas Mais Velhas e organizaram uma conferência sobre objectos concebidos para os idosos.

Os modelos apresentados pela casa Sekisui, do Japão, incluíam a Rokko Island City, uma cidade onde a altura dos corrimões, balcões, banheiras e sanitas eram diminuídas para facilitar a vida aos mais idosos.

Na comunidade de Ouda, em Nara (sul do Japão), os semáforos foram modificados, por forma a permitirem aos idosos e doentes um minuto inteiro para atravessar as ruas.

CONVENÇÃO ONU

Luta contra a criminalidade

## O FIM DO SEGREDO BANCÁRIO

O director do programa das Nações Unidas, Pino Arlacchi, contra o tráfico de droga e a criminalidade, defendeu, no dia 26, em Roma, a abolição do segredo bancário, visando facilitar as investigações internacionais para impedir o branqueamento de capitais.

No decurso duma conferência sobre a matéria, Pino Arlacchi aludiu à próxima adopção pela ONU de uma convenção contra o crime organizado, que suscite a convergência das legislações dos países-membros na luta contra o crime, extensiva a três itens: mulheres e crianças, tráfico de armamento e de emigrantes clandestinos.

Na opinião deste especialista, diariamente são «branqueados» em todo o mundo na ordem de 54 milhões de contos, em ope-



rações dirigidas por criminosos que não conhecem fronteiras e são uma ameaça a escala planetária.

Estes criminosos, adiantou, não hesitam em corromper tudo e todos, agentes de autoridade, políticos ou homens de negócios, chegando ao extremo de usarem países como seus «santuários».

O tráfico de clandestinos representa um negócio até 130 milhões de contos/ano, à custa do sofrimento de milhões de vítimas, multiplicadas se é acrescentado o valor astronómico do tráfico de armamento e do seu efeito devastador.

Na reunião de Roma participaram 15 ministros da Justiça, nomeadamente da América Latina, um sector do mundo onde a criminalidade organizada ligada ao tráfico de armas e estupefacientes actua mais impunemente.

## ESTADO TRATARÁ LÍNGUA PORTUGUESA EM COMPUTADORES

O ministro da Ciência e Tecnologia, Mariano Gago, considerou «crítica» e de «alto risco» a questão da língua portuguesa em computadores, assumindo que o Estado assumirá as suas responsabilidades. «O processamento computacional da Língua Portuguesa é uma questão crítica porque estruturante do sector económico», explicou Mariano Gago, na passada quinta-feira, dia 26, durante a cerimónia de abertura, em Lisboa, de um seminário sobre Tecnologias da Linguagem.

O governante, notou, contudo, que se trata de uma «operação de alto risco», porque exige uma maior articulação de saberes, por exemplo, de engenheiros e linguistas.

«É absolutamente indispensável reestruturar toda a Investigação e Desenvolvimento nesta área», defendeu Mariano Gago, reiterando que o Estado tomará aqui as suas responsabilidades.

O Ministério da Ciência e da Tecnologia pretende que Portugal seja um centro de atracção nesta área para a investigação. Antes, o presidente da Missão para a Sociedade da Informação (MSI), José Dias Coelho, disse que são 190 milhões os que



falam português, 3,17 por cento da população mundial, e que na Internet esta língua representa 1,09 por cento dos conteúdos.

Segundo Dias Coelho, «a Sociedade da Informação pode ser a alavanca para o desenvolvimento do País». Organizado pela Agência de Inovação, no

âmbito do projecto Euromap (European Opportunities Mapping), o seminário visou dar conta das oportunidades nacionais na área das Tecnologias da Linguagem na perspectiva do V Programa-Quadro de Investigação e Desenvolvimento recentemente aprovado pelos ministros da ciência e da tecnologia da União Europeia.

O Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal refere que a Investigação Científica e o Desenvolvimento Experimental, além de representar um investimento no futuro do País, é também um pré-requisito para a plena transição da sociedade actual para um modelo de sociedade baseada na informação e no conhecimento.

A sociedade emergente exige um contínuo fortalecimento da interacção entre os sistemas científico, tecnológico, educacional e a indústria nacional.

A Investigação e Desenvolvimento, nota ainda, deverá realizar-se num contexto de colaboração internacional sendo determinante, no caso português, a sua inserção nos programas Comunitários e Internacionais.

Ainda neste âmbito, destaque-se que está patente ao público, no Forum Picoas, uma exposição de Tecnologias e Produtos.

### ALENTEJO

*Elisa Ferreira considera*

## ALQUEVA É MAIS-VALIA ECONÓMICA E AMBIENTAL

O projecto do Alqueva constitui uma mais-valia ambiental, além de económica e social, e ilustra como é possível fazer desenvolvimento sustentável em Portugal, considerou a ministra Elisa Ferreira, no decurso da sua recente deslocação a Évora.

A opinião foi corroborada pelo ministro do Equipamento, João Cravinho, que considerou a defesa do ambiente como «um dos valores essenciais que norteiam o projecto» do Alqueva.

Os dois membros do Governo socialista falavam, na Universidade de Évora, após a cerimónia de assinatura de contratos respeitantes aos trabalhos de biologia destinados a minimizar os impactos ambientais do empreendimento de fins múltiplos de Alqueva.

Os 28 projectos, em que estão envolvidas várias instituições ligadas ao ensino e investigação, como a Universidade de Évora, envolvem um investimento global de 620 mil contos.

Os referidos projectos inserem-se no plano traçado pela empresa do Alqueva para minimizar os impactos negativos provocados pela construção da barragem e a cria-

ção do maior lago artificial da Europa.

«O Alqueva, da maneira como está a ser construído, é uma mais-valia clara, não só económica e social mas também ambiental», disse Elisa Ferreira.

A ministra do Ambiente enalteceu ainda a dinâmica existente na obra em torno das questões ambientais.

«A minha convicção é a de que o Alqueva é uma obra que ilustra como é possível fazer desenvolvimento sustentável em Portugal», adiantou a ministra.

Elisa Ferreira realçou que o Ministério do Equipamento tem encarado as questões ambientais como «fundamentais» no desenvolvimento dos projectos que ainda são necessários em Portugal.

Ao encerrar a cerimónia, João Cravinho também assinalou a preocupação ambiental nas obras do Alqueva e reiterou a aposta do Governo no desenvolvimento sustentável.

Ao defender debates públicos de qualidade sobre questões relacionadas com a defesa do ambiente, João Cravinho apelou à participação dos universitários.

«Um universitário é um homem de verdade», disse.

### COLÓQUIO

*Fórum Lisboa*

## OS 25 ANOS DO 25 DE ABRIL

Numa iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa e da Biblioteca-Museu República e Resistência realizou-se nos passados dias 26 e 27 de Fevereiro, no Fórum Lisboa (antigo cinema Roma), um colóquio internacional subordinado ao tema «25 Anos do 25 de Abril».

Organizado e coordenado pelo dirigente histórico do PS António Reis, o colóquio teve sete painéis temáticos compostos por um conjunto de testemunhos vividos dos acontecimentos evocados em cada um deles e de comentários por historiadores e especialistas, tendo sido privilegiado, naturalmente, o período de resistência e combate à ditadura (que alguns pretendem branquear) e o PREC até à constitucionalização no novo regime democrático.

Ao longo dos dois dias de intenso debate e reflexão, personalidades de vários quadrantes democráticos, protagonistas da nossa história mais recente, falaram e reflectiram sobre este período marcante. Entre a esperança e algum desencanto, os diversos intervenientes foram unânimes em realçar que, apesar de todas as vicissitudes, o 25 de Abril valeu a pena e que no



plano da justiça social muito há ainda por fazer para que o sonho dos resistentes antifascistas e dos capitães de Abril seja plenamente conseguido.

O colóquio encerrou com um espectáculo de poesia e canto de homenagem a José Afonso, Carlos Paredes, Salgueiro Maia e Manuel Alegre.

Luís Goes e Carlos Carranca (poesia e canto) e os músicos João Alvarez (guitarra), Durval Moreirinhas (viola) e Jorge Machado (piano) proporcionaram à vasta plateia que enchia o Fórum Lisboa um espectáculo de grande qualidade e que encerrou com chave de ouro o colóquio internacional.

J. C. C. B.

## O LIVRO DAS GERAÇÕES

O secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes, apresentou, no dia 27, no Pavilhão de Portugal do Parque das Nações, em Lisboa, o livro «Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea». A publicação resulta de um inquérito a uma amostra representativa da população portuguesa com idade superior a 15 anos, realizado em 1995 pelo Instituto de Ciências Sociais, com o apoio da JNICT.

Da autoria de José Machado Pais, Paulo Antunes Ferreira, Luís Marinho Antunes, Genevêva Calvão Borges, Leonor Pires, Vítor Sérgio Ferreira e Pedro Vasconcelos, o livro aborda as seguintes gerações: da grande guerra (nascidos antes de 1941), a geração de Abril (nascidos entre 1971 e 1980) e uma geração de transição (com idades entre os 35 e os 54 anos).

Segundo o livro, as diferenças mais vinçadas entre as várias gerações de portugueses sentem-se no domínio sexual, na imagem do homem e da mulher, no domínio familiar e no grau de tolerância e permissividade moral em geral.

«Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea» traça também um mapa mental das gerações portuguesas em termos dos valores que expressam em diversas áreas da vida familiar, laboral, amorosa e religiosa, a sociedade que as rodeia, bem como um mapa mental das moralidades e éticas da vida que aproximam ou separam as diferentes gerações. Paulo Antunes Ferreira abordou o tema das atitudes perante a vida, moralidades e éticas da vida, concluindo que a geração da grande guerra aparece associada «a uma ética de vida puritana ou protestante», considerando o trabalho como um dever e uma obrigação dos indivíduos para com a sociedade».

Associada a esta geração, encontra-se uma moralidade bastante conservadora e repressiva: «Esta geração só admite relações heterossexuais e após o casamento, condenando a masturbação, o adultério, a prostituição e a pornografia: parece ser rigorosa e inflexível nos princípios morais.» Já a geração do 25 de Abril aparece associada à «ética romântica» e ao «individualismo expressivo».

Para esta geração, o trabalho é um direito que a sociedade deve garantir aos indivíduos, valorizando num emprego «o prazer que ele pode proporcionar e as possibilidades de promoção e carreira».

Valoriza igualmente a remuneração e a experiência profissional, em detrimento da segurança e do prestígio.

Contrariamente à geração anterior, os inquiridos com idades entre os 15 e os 34 anos revelam-se genericamente favoráveis à coabitação e rejeitam o papel tradicionalmente subordinado da mulher em relação ao homem. Defendem mesmo «uma igualdade na distribuição das tarefas domésticas».

No que diz respeito à sexualidade, a «geração do cravo» valoriza o prazer, a experi-



mentação e até a transgressão: admite todo o tipo de relações sexuais, aceitando a homossexualidade masculina e feminina, a masturbação, o adultério», pensando que «o sexo tem sentido em si mesmo, pelo prazer que proporciona».

«A liberdade de expressão e o direito à privacidade» são, pois vistos como direitos mais importantes.

Faça à vida, a geração do 25 de Abril manifesta uma atitude positiva, considerando-a «uma agradável aventura».

Por seu turno, a geração da transição não apresenta uma orientação clara quanto à maioria destes indicadores, o que poderá significar que os efeitos analisados são mais «efeitos de idade» do que «efeitos de geração».

Vítor Sérgio Ferreira explorou as atitudes perante a sociedade, frisando que a sociedade em geral partilha «em larga escala valores afins do modelo materialista, nomeadamente aqueles mais correlacionados com a sua dimensão económica».

«Aspectos materialistas, como a posse de dinheiro, continuam a desempenhar entre os jovens um papel fundamental na percepção das diferenças sociais».

Nota-se da parte dos mais jovens, em contraponto à geração da grande guerra, «um maior distanciamento relativamente à componente segurança física do modelo materialista, o mesmo não acontecendo com a sua componente económica».

Sem que desvalorizem o dinheiro, o trabalho e a carreira profissional, os estudos e o sentido de responsabilidade e, em grande parte, recusando essa imagem da juventude correntemente partilhada pelas gerações mais velhas, os actuais jovens portugueses reivindicam como principais eixos de distintividade da sua geração «traços relacionados com consumos culturais, com a maior valorização dos tempos de lazer, do corpo e das actividades físicas e ainda da sexualidade».

Nessa óptica, apresenta-se «compreensível a importante prioridade que o problema da sida adquire entre as faixas etárias mais novas, ou o abrandamento entre estas dos níveis de confiança em instituições tendencialmente mais repressivas e conservadoras, de natureza autoritária e/ou representativas de valores tradicionais, como a polícia, a igreja, o patronato ou os diversos aparelhos de exercício do poder político».

Sobre a escola, o trabalho e o emprego, Genevêva Calvão Borges referiu que «os dados recolhidos permitiram identificar uma postura mais liberal entre os portugueses». «Por oposição às gerações mais velhas, é entre os jovens que encontramos uma maior valorização da satisfação e do prazer associados à escola e ao trabalho».

Pedro Vasconcelos analisou a vida familiar, tendo verificado que «a coexistência de diferentes gerações e categorias sociais num mesmo tempo histórico, com diferentes posturas e disposições representacionais e práticas, provoca que os próprios processos de mudança sejam lentos e graduais».

Sobre a vida amorosa e sexual, José Machado Pais salientou as «clivagens sociais» quando se discutem as representações deste tema.

Assim, hoje em dia «a iniciação sexual ocorre normalmente na adolescência».

Por outro lado, «agora que o nascimento dos filhos pode ser controlado e até produzido artificialmente, a sexualidade tornou-se mais autónoma, ao contrário do que acontecia antigamente, quando o controlo dos nascimentos resultava de uma exagerada disciplina do prazer».

«Homossexualidade e masturbação são práticas não aceitáveis pelos mais velhos, mas toleradas pelos mais novos», refere o estudo.

Marinho Antunes e Leonor Pires estudaram a vida religiosa, apontando o catolicismo

como a «religião claramente dominante», o que não impede as diversidades.

O inquérito demonstra que «o catolicismo em Portugal não é homogéneo». Pelo menos em termos de dimensão, mas não só, verifica-se que o maior espaço de pluralismo religioso ocorre na área da religião dominante.

A religião surge como «realidade condicionada por diversos factores sociais e também como quase todas as variáveis independentes usadas na análise dos resultados do inquérito, designadamente o sexo, a idade, as habilitações escolares, o status socioeconómico e a região».

### «Sexualidade em Linha»: 38 mil utentes

E porque é chegada a altura de fazer balanços e estudos, Miguel Fontes deslocou-se na passada sexta-feira, a Faro, para falar dos efeitos de algumas políticas de informação para os jovens.

A «Sexualidade em linha», um serviço telefónico gratuito que a Secretaria de Estado da Juventude colocou a disposição dos jovens portugueses em Junho último, foi até agora utilizada por cerca de 38 mil pessoas.

Miguel Fontes, que na capital algarvia inaugurou o gabinete local de apoio a sexualidade juvenil, considerou a utilização da referida linha telefónica (0800 222002) um «êxito», tendo em conta a sua curta existência. Apesar da comprovada afluência de utilizadores, o governante reconheceu que o serviço tem algumas limitações, uma vez que tem aparecido situações «que não podem ser tratadas nem encaminhadas através de uma simples conversa telefónica».

Para fazer face a situação, a Secretaria de Estado da Juventude resolveu criar nas delegações regionais do Instituto Português da Juventude os chamados Gabinetes de Apoio a Sexualidade Juvenil, espaços inteiramente dedicados ao encaminhamento dos jovens sobre as questões sexuais, desde planeamento familiar a doenças sexualmente transmissíveis.

E isto porque está provado que os jovens, apesar de terem à sua disposição consultas de planeamento familiar nos centros de saúde, não foram até agora muito receptivos na procura daqueles serviços, daí a aposta da Secretaria de Estado na criação do novo departamento.

Além de Faro, onde na semana passada começou a funcionar o referido gabinete, também Leiria, Bragança e Viana do Castelo dispõem desde 1998 de idêntico serviço, prevendo o Governo que até final deste ano todas as capitais de distrito do Continente sejam dotadas com o mesmo serviço de atendimento.

Segundo Miguel Fontes, «não se pode conceber que às portas de um novo milénio haja jovens portuguesas que engravidem ou contraiam doenças sexuais por falta de informação ou esclarecimento».

## I CONVENÇÃO DE JORNALISTAS

O secretário de Estado da Comunicação, Arons de Carvalho, presidiu, na passada sexta-feira, dia 26, à sessão de abertura da I Convenção de Jornalistas - Guimarães '99, promovida conjuntamente pela associação Gabinete de Imprensa e pela Zona de Turismo de Guimarães.

Emídio Rangel, da SIC, proferiu de seguida uma conferência sobre «O futuro da televisão em Portugal», enquanto Manuel Sola, da «Voz de Galícia», deu o seu testemunho sobre a Imprensa Local na Galiza.

Os 125 participantes na Convenção - provenientes de praticamente todo o País - dividiram-se em quatro grupos de reflexão sobre os seguintes temas: Ética, Deontologia e Fontes; Limitações ao exercício da profissão; Rádios Locais; e Imagem. Fotójornalismo.

Registe-se a participação nos trabalhos de dois jornalistas do jornal «Luso-Helvético» da Suíça.

Por localidades, a maioria dos participantes é proveniente de Guimarães, Leiria, Braga, Famalicao, Fafe, Lisboa, Viana do Castelo.

No sábado os trabalhos prosseguiram com a formação de mais quatro grupos de trabalhos sobre: A especificidade da Imprensa Regional e dos correspondentes locais; Acesso à profissão: a formação e os estágios; Estabilidade profissional e problemas laborais; e O Jornalismo no século XXI

Todos os textos base para a reflexão destes temas podem ser consultados «online».

Antes da sessão de encerramento, Carlos Magno proferiu uma conferência sobre «O Poder Visto do Norte e o Norte Visto do Poder».

No final da I Convenção de Jornalistas - Guimarães '99, os coordenadores dos painéis colocados em debate, emitiram as conclusões gerais a seguir transcritas.

Em breve, a Associação Gabinete de Imprensa, que promoveu a iniciativa, distribuirá, por todos os participantes e pelos

seus associados, as conclusões e recomendações sectoriais saídas dos oito temas.

### CONCLUSÕES

1 - A reestruturação empresarial é fundamental e necessária.

Não é possível, no actual estado de falta de solidez económica-financeira resolver os graves problemas de instabilidade, salários baixos e precaridade. Exigem-se empresas sólidas e com outra estrutura, sem fragilidades nem debilidades. Empresas jornalísticas que não sobreponham os interesses privados, autárquicos ou políticos, aos interesses do jornalismo. Daí que este seja o debate essencial para a Imprensa Regional e Local.

2 - A reestruturação passa pelas organizações de jornalistas e empresários da comunicação social.

Compete à Associação Gabinete de Imprensa de Guimarães, em articulação com as associações congéneres, Sindicato dos Jornalistas e associações representativas das empresas de comunicação social, aprofundar a necessidade da reestruturação empresarial.

3 - Compete aos jornalistas o papel determinante na defesa dos seus direitos. Não podemos ficar à espera que outros venham resolver os nossos problemas. Propõe-se a eleição de delegados sindicais, a organização de conselhos de redacção nas redacções com mais de cinco elementos, e que os jornalistas se organizem e unam esforços pela luta dos seus direitos.

4 - Exige-se a avaliação rigorosa dos cursos superiores de comunicação social. Portugal passou de uma realidade, em que não existiam cursos superiores de comunicação social, para outra, em que proliferam os cursos, num curto lapso de tempo. O resultado imediato desta evolução é a saída «às fornadas» de recém-licenciados que ficam sem colocação e entregues ao desemprego. É, portanto, necessário avaliar as universidades que leccio-

nam cursos de comunicação social. É fundamental para o jornalismo, principalmente, saber quem lecciona os cursos e como se organizam os currículos.

5 - Retomar o estágio profissional. É uma prática a recuperar. É um passo importante que o Governo deve dar, legislando no sentido imputar às chefias dos jornais a valorização dos estágios. Criar condições para que os jornalistas mais experientes orientem e assistam os recém-chegados em períodos de estágio valorizados, recuperando os relatórios de estágio.

6 - Aprofundar o debate ético e deontológico.

Há entorses aos princípios que abrangem a profissão que urge solucionar. As fragilidades estruturais das empresas jornalísticas são porta aberta para a sobreposição dos critérios jornalísticos pelos critérios da clientela. E discute-se mesmo se é possível isolar a discussão ética e deontológica do jornalista e do empresário da comunicação social, sendo que ambos trabalham para um projecto comum.

7 - Desafios para o século XXI passam pelo jornalismo digno.

O jornalismo do futuro passa por empresas com capacidade competitiva. O jornalismo do próximo século vai sofrer uma evolução qualitativa e nesse quadro é necessário encarar o jornalismo praticado fora dos grandes centros exactamente igual e com as mesmas exigências de qualidade, com igual dignificação dos jornalistas. Uma dignificação que deve estender-se aos fotójornalistas. A fotografia é importante e deve ser uma tarefa da competência de profissionais habilitados.

No âmbito específico da Imprensa Local e Regional, e uma vez que as abordagens em praticamente todos os painéis desaguarão em preocupações que afectam a ILR e os seus profissionais, entendeu-se que:

1 - A Imprensa Regional e Local é fundamental para o desenvolvimento equilibra-

do das diferentes regiões do país e sê-lo-á mais quanto maior for o seu nível qualitativo.

2 - A qualidade passa por projectos jornalísticos consistentes que envolvam profissionais competentes nas diversas áreas de produção do jornal, quer a nível redactorial, quer de gestão financeira ou comercial.

3 - A Imprensa Regional e Local é um campo aberto à profissionalização e início de carreira dos novos licenciados em comunicação social, muitos dos quais se encontram desempregados porque continuam a alimentar a miragem dos grandes órgãos de comunicação social dos grandes centros e não atribuem à Imprensa Regional e Local o mesmo grau de dignidade que à Imprensa Nacional.

4 - Para ser motor de desenvolvimento e campo aberto à vida profissional dos novos licenciados, a Imprensa Regional e Local necessita de estruturar-se de forma empresarial, investindo de acordo com o seu produto específico, que é a comunicação social.

5 - Compete à Imprensa Regional e Local sensibilizar as instituições civis, os organismos empresariais e a população em geral para a importância que a comunicação social assume como parceiro no desenvolvimento local.

6 - Os órgãos da Imprensa Regional e Local são parceiros de desenvolvimento na medida em que traduzem e espelham nas suas páginas os problemas e anseios nas regiões onde se inserem.

7 - A Imprensa Regional e Local será tanto mais interventiva quanto mais for capaz de traduzir a pluralidade de opiniões do tecido social e respeitar a fronteira entre opinião e informação noticiosa.

8 - Com a reformulação dos projectos jornalísticos e a chegada de novos quadros profissionais, saídos das universidades às redacções dos órgãos de informação regionais, perspectiva-se à Imprensa regional e Local um papel cada vez mais importante no desenvolvimento das regiões.

## POR UMA PAC SOCIALMENTE MAIS JUSTA

O ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, Capoulas Santos, afirmou, no dia 27, em Évora, que Portugal pretende uma Política Agrícola Comum (PAC) socialmente mais justa e compensadora para os pequenos agricultores.

Interrogado pelos jornalistas sobre as negociações para a reforma da PAC, o ministro garantiu que Portugal só dará o seu «aval» depois de salvaguardados os interesses da agricultura portuguesa, razão

pela qual diz ter defendido que, relativamente ao orçamento comunitário, se tenha em conta as especificidades das regiões mais pobres.

«Com a actual PAC, 3 por cento dos agricultores recebem 53 por cento das ajudas comunitárias, o que é socialmente injusto e moralmente inaceitável. Temos sentido uma enorme resistência na introdução de mudanças, mas estamos convencidos de que, no futuro, teremos uma política mais justa», disse Capoulas Santos, que falava à Imprensa após a sua participação no lan-

çamento do movimento «Évora, um Distrito com Futuro», uma iniciativa do PS local. Para o governante, é necessário retirar a agricultura portuguesa do «fosso» onde foi colocada na «última década», e apostar nos incentivos para atrair os mais jovens.

Capoulas Santos garantiu ainda que o seu ministério está a trabalhar para que os agricultores portugueses contem com seguros que lhes permitam, em anos de adversidade climática, ser ressarcidos dos prejuízos.

Os trabalhos do Conselho de Ministros da

Agricultura da UE, recorde-se, foram retomados hoje, depois de divergências profundas sobre as modalidades de financiamento entre as duas potências agrícolas - Alemanha e França.

Para os negociadores portugueses, os montantes das compensações a pagar aos produtores afectados por descidas dos preços garantidos (subsidiados pela UE), deverá ser favorável aos agricultores das regiões mais carenciadas de apoios da PAC, em prejuízo das regiões mais produtivas e competitivas da comunidade.

## ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE «O 25 DE ABRIL QUE FALTA FAZER»

*«É intolerável que nove, dez ou onze anos de ensino não assegurem aos jovens portugueses um mínimo de conhecimento e competências.»*

**Jorge Sampaio**

**Jorge Sampaio e Manuel Alegre levantaram a voz no dia 23, em Coimbra, em defesa da escola pública para todos os portugueses. O primeiro, através de uma mensagem escrita, e o segundo, presente, defenderam um ensino público de qualidade no fórum sobre a defesa da escola pública, organizado pela Fenprof.**

O dirigente histórico do PS e uma das figuras de referência da esquerda portuguesa, Manuel Alegre, definiu a «escola pública de qualidade para todos» como «o 25 de Abril que ainda falta fazer e vencer».

Para o autor de «O Canto e as Armas», o cumprimento desse objectivo, enunciado há 25 anos com o triunfo da Revolução dos Cravos, «o futuro de Portugal, haja a retórica que houver, continua a ser uma oportunidade histórica perdida».

O resistente antifascista Manuel Alegre, que falava em Coimbra, em representação do presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, na abertura do Fórum Nacional «Unir Vozes em Defesa da Escola Pública», organizado pela Federação Nacional de Professores (Fenprof), colocou ao mesmo nível, entre os desígnios do 25 de Abril ainda por concretizar, a «reforma da



mentalidade» e a «batalha da educação e do civismo».

**Novo pacto democrático e republicano**

No fórum em que se levantaram muitas vozes críticas a algumas instituições do ensino particular, que, recorde-se, no tempo do cavaquismo cresceram como cogumelos sem qualquer tipo de fiscalização, tendo como objectivo último o desmantelamento do ensino público numa lógica economicista e de supremacia do privado sobre o público ao arripio da Cons-

tituição, o deputado do PS, eleito pelo Circulo de Coimbra, preconizou «um novo pacto republicano e democrático» e denunciou «o poder do dinheiro, nem sempre limpo, cada vez mais sujo».

Insistiu no dever do Estado de materializar os imperativos da Constituição da República no domínio da educação, designadamente os artigos 73, 74 e seguintes, rejeitando a «promoção do ensino privado à custa dos dinheiros públicos».

Para Manuel Alegre, «a defesa da escola pública em Portugal é inseparável do debate do papel do próprio Estado» e da «ideia de serviço público».

Sem «escola pública de qualidade para todos», salientou, «não é possível a modernidade».

Em declarações aos jornalistas, o deputado socialista admitiu a iniciativa privada no ensino, desde que «seja fiscalizada pelo Estado».

No que respeita ao ensino superior privado, que cresceu exponencialmente e quase sem fiscalização durante o consulado laranja, João Cunha Serra, da Fenprof, afirmou que este «veio a revelar-se, em geral, de muito pouca qualidade, exibindo a dominante preocupação do lucro fácil e até em alguns casos, como tudo indica, servindo de cobertura a negócios ilícitos».

Um fórum que demonstrou mais uma vez que a paixão do actual Governo do PS pela educação teve toda a razão de ser, tem toda a actualidade e é um imperativo nacional face à terrível herança cavaquista, e perante os desafios do futuro.

As medidas já tomadas nos últimos três anos pela competente equipa da 5 de Outubro são a melhor garantia de que a massificação e democratização da educação não são incompatíveis com a melhoria da qualidade do ensino público.

A política seguida pela equipa de Marçal Grilo é ainda a garantia de que o Governo socialista não cede às pressões de sectores neoliberais e pós-modernistas, que hipervalorizam o sector privado da educação.

Com um Governo do PS o Estado não se demite das suas responsabilidades de garantir a todos os portugueses uma escola pública de qualidade, de acordo com a letra e o espírito da Constituição. **J. C. C. B.**

## OBJECTIVOS CUMPRIDOS

O ministro da Cultura garantiu, no dia 27, no Porto, que «se o actual ritmo de concursos se mantiver, todas as autarquias portuguesas que o pretendam vão ter em 2003 uma biblioteca municipal».

«Se o ritmo de concursos que eu decidi há dois anos, quando anunciei o relançamento da Rede Pública de Leitura, for cumprido, em 2003 far-se-á o último concurso que permitira que, nesse ano, todas as Câmaras do País que o pretendam tenham uma biblioteca municipal», assegurou Manuel Maria Carrilho.

Segundo o governante, o programa de Rede de Leitura Pública, que «demoraria, ao ritmo anterior, cerca de 40 anos a concluir, foi encurtado por este Governo para cerca de sete anos».

O ministro da Cultura falava no lançamento da primeira pedra do edifício cultural que

irá albergar, nos jardins do Palácio de Cristal, no Porto, a futura Biblioteca Almeida Garrett, cujas obras já se iniciaram e correspondem a um investimento global de 1,4 milhões de contos (sete milhões de euros), financiados pelo Ministério da Cultura, Câmara Municipal do Porto e pela Sociedade Porto 2001.

Carrilho salientou os esforços que têm sido feitos no sentido de «aumentar os hábitos de leitura», nomeadamente com a construção, nos últimos anos, de «mais de cem bibliotecas escolares».

Segundo o ministro, a Biblioteca Almeida Garrett será «mais um instrumento da estratégia para aumentar os índices de leitura em Portugal», embora considere que se trata, apenas, de «mais um esforço para o qual contribuem muitos sectores, designadamente a educação e a Comunicação Social».

O lançamento da primeira pedra da Biblioteca Almeida Garrett, um acto pouco usual em obras «arrancadas» no Porto, foi classificado por Fernando Gomes como algo de «verdadeiramente excepcional», constituindo o «início da reconciliação da cidade» com a memória do escritor, nascido há 200 anos. «A cidade não foi justa com Garrett, que morreu zangado com o Porto, dizendo que Angra do Heroísmo era a sua cidade», sublinhou o autarca.

Fernando Gomes salientou ainda o facto desta biblioteca constituir «o primeiro equipamento que, sob a égide de 2001, vai ficar pronto nesse ano em que o Porto será Capital Europeia da Cultura».

Este empreendimento é o primeiro a ser lançado no âmbito dos investimentos em infra-estruturas culturais, previstos para o Porto 2001 e geridos pela «Sociedade» que se encontra à frente da iniciativa.

A futura Biblioteca Almeida Garrett, embora de dimensão bastante inferior aos 17 quilómetros de prateleiras da actual Biblioteca Pública Municipal, será mais evoluída ao nível do uso de novas tecnologias, procurando fazer dos livros, jornais, discos compactos, cdrom's e das ligações à Internet, objectos acessíveis para usar, emprestar e circular.

O edifício, próximo do Pavilhão Rosa Mota, contará, ainda com uma galeria para exposições permanentes e um auditório.

Segundo a vereadora da Cultura, Manuela Melo, a construção da nova biblioteca põe termos ao projecto de reconversão e arranjo do Palácio de Cristal, iniciado no primeiro mandato de Fernando Gomes.

«O Palácio de Cristal não é mais o espaço degradado que as fotos de há dez anos documentam, mas sim um autêntico centro cultural», salientou a vereadora.

DRUGA

Heroína

## APREENSÃO RECORDE EM 98

**Os números não enganam. O Governo e as autoridades policiais estão no bom caminho no combate à droga, que o Governo socialista elegeu como o «inimigo público número um». Muito, mas muito, há ainda por fazer. A batalha só agora começou. O inimigo é poderoso, mas José Sócrates tem a determinação de um lutador incansável contra este flagelo nacional.**

**A** quantidade de heroína apreendida em 1998 pelas autoridades portuguesas, mais de 95 quilogramas, «bateu um recorde», mas representou apenas dois por cento do total de drogas confiscadas no ano transacto, em que o haxixe dominou. Estes valores foram apresentados numa conferência de imprensa realizada nas instalações da Direcção Central de Investigação do Tráfico de Estupefacientes (DCITE) da Polícia Judiciária (PJ), e referem-se aos resultados globais do trabalho desenvolvido no âmbito do combate ao tráfico de droga pelas cinco instituições que constituem a Unidade de Coordenação e Intervenção Conjunta Nacional (UCICN).

A UCICN, constituída em Outubro de 1996, é integrada pela PJ, GNR, PSP, Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais Sobre o Consumo e pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e tem como função uma articulação entre estas forças para uma partilha de informações, que são canalizadas para um centro onde estão disponíveis para investigação e acção policial. O director-geral adjunto da PJ e responsável pelo DCITE, António Martins, sublinhou que os 95.517,429 gramas (g) de heroína apreendida em 1998 representam um «recorde» e um aumento de 71 por cento relativamente à quantidade da mesma droga apreendida em 1997.

Em 1998 foram também apreendidos 2.867,200 g de heroína branca. No entanto, a heroína apreendida é apenas



dois por cento do total das drogas confiscadas em 1998, ano em que o haxixe aparece com 88 por cento (5.543.759,602 g) e a cocaína com 10 por cento (621.962,135 g).

No ano transacto foram ainda apreendidos 7.115,363 g de marijuana (sementes), 20,000 g de folhas de cocaína, 1,000 g de sementes de ópio, 0,522 g de morfina, 0,300 g de ecstasy, 0,300 de crack e 23.926,254 de produtos indeterminados, que, segundo a PJ, são utilizados para o «corte» das drogas.

Em termos de unidades de drogas apreendidas em 1998, o ópio (plantas e cápsulas) surge à cabeça, com 28.848, seguido da marijuana verde (planta) (17.316), dos comprimidos de oxazepam (2.296), de ecstasy (1.127) e de Noostan (produto para adulterar a heroína) (596).

Entre várias dezenas de unidades de comprimidos e cápsulas de diversos medicamentos, foram também apreendidas 261 unidades de LSD, 35 doses líquidas de

heroína e dois frascos de metadona.

Do total de unidades apreendidas, o ópio representa 57 por cento, a marijuana (planta verde) 34 por cento, Oxazepam 5 por cento, ecstasy 2 por cento, LSD 1 por cento, e Noostan 1 por cento.

O último relatório do Observatório Europeu das Drogas e da Toxicod dependência aponta para um aumento do consumo das «novas drogas» nos Quinze e nos países da Europa Central e de Leste, das quais o ecstasy é a mais consumida.

Apesar deste indicador, a quantidade de ecstasy apreendida em Portugal cifra-se em dois por cento, número considerado por António Martins «insuficiente» e «aquém das expectativas» (aliás como em relação à heroína), mas que traduz um aumento de 114 por cento na apreensão deste produto em relação ao ano de 1997.

### Detidos 7 329 indivíduos

No âmbito da acção da Unidade de Co-

ordenação e Intervenção Conjunta Nacional (UCICN), em 1998 foram detidos 7 329 indivíduos por actividades ilícitas relacionadas com a droga (contra 6 455 em 1997) e detidos para identificação 4 004 outros (contra 2 878 no ano anterior).

Em 1998 o total de detidos ascendeu a 11 333, o que representa um aumento de 21,43 por cento em relação a 1997, ano em que se registaram 9 333 detenções relacionadas com o tráfico de estupefacientes.

O director-geral adjunto da PJ, António Martins, sublinhou que pela primeira vez se ultrapassou a cifra dos 11 mil interceptados e detidos por prática de um crime abrangido pela lei dos estupefacientes, o que se deve à colaboração entre as várias forças policiais e à informação conjunta de que dispõem.

«É o resultado de uma acção global e conjunta de todas as forças envolvidas no combate ao tráfico. As UCICN têm essa perspectiva e esse trabalho de troca de informação, por forma a facilitar as acções no terreno», frisou.

Como reflexo dessa cooperação entre as cinco forças policiais que constituem a UCICN, António Martins destacou o aumento «significativo da heroína apreendida» (mais de 98 kg no total) e o aumento das detenções e identificações. «Estes dois vectores - número de apreensões e intervenientes detidos -, levam à conclusão de que as forças policiais e os serviços integrados pela UCICN desenvolveram uma maior e mais eficaz actividade», considerou.

Para o responsável pela DCITE a repressão ao tráfico e a prevenção, em todos os níveis, devem estar conjugadas, para aumentar os resultados no combate ao tráfico e consumo de drogas.

Considerou bastante «positivo» o trabalho da UCICN no combate ao tráfico de droga, mas salientou que a articulação e a troca de informações tem de melhorar para se conseguir um serviço mais eficiente.

LEI DE SEGURANÇA

Parques infantis

## MOBILIZAR A SOCIEDADE CIVIL

**O** ministro-adjunto do primeiro-ministro, José Sócrates garantiu, no passado dia 25, em Lisboa que a aplicação da lei de segurança em parques infantis «vai doer a muita gente, sobretudo às câmaras municipais e às juntas de freguesia».

José Sócrates, que falava na abertura do II Encontro «Recreios e Parques Infantis - Segurança - Um ano de legislação», sublinhou que «doa a quem doer, os parques infantis que não tiverem condições vão mesmo encerrar».

Acrescentou dispor nomeadamente de dados sobre o Algarve, além de outros que já conhece, que mostram que o «panorama não é famoso».

Para Sócrates, um ano depois de o decreto-lei 379/97 ter entrado em vigor, «muita coisa foi já feita», uma vez que todos os parques infantis construídos depois dessa data tiveram que se submeter à lei, bem como espaços de recreio e lazer.

«As câmaras municipais têm que perceber que o que não é adequado à legisla-

ção tem mesmo de encerrar», frisou, acrescentando que é preferível encerrar parques do que «correr o risco de haver mais duas ou três crianças a sofrer acidentes graves por ano».

Para o governante, a forma de ultrapassar esta situação passa pela mobilização da sociedade civil, que tem de perceber que é necessário investir mais e com maior segurança nos parques infantis e nos espaços de recreio e lazer.

«Quem quis uma decisão ambiciosa, como o Governo, que elaborou uma das

leis mais avançadas da Europa, sabe que só lentamente é que se atinge o que se quer e para lá chegarmos haverá algum «sangue», acrescentou.

Apelou ainda ao diálogo entre a Associação para a Promoção da Segurança Infantil (APSI) e as câmaras municipais, nomeadamente sobre os resultados das inspecções.

Sublinhou que agora o Executivo vai dividir as inspecções em dois tipos: os equipamentos que têm condições para se manter e os que têm que fechar.

## «DESENCRAVAR» A FIGUEIRA DA FOZ

**J**oão Cravinho anunciou, no dia 28, investimentos de 50 milhões de contos em infra-estruturas que visam «desencravar a Figueira» e abrir caminho ao «bem-estar dos portugueses».

O ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território falava no salão nobre da Câmara Municipal da Figueira da Foz, no final de uma visita de helicóptero à rede de acessibilidades que servem a cidade, a que se seguiu uma deslocação ao porto de mar e zona do acesso ferroviário.

Na opinião do governante, importa «não punir a Figueira para que não se puna o País», sendo, por isso, necessário dotar a cidade de «condições mínimas para que ela possa contribuir para o bem-estar dos portugueses».

Cravinho, duas vezes interrompido pelos aplausos da assistência, sublinhou o empenho do Executivo socialista em «recuperar anos de atraso» da estância balnear, que tem no porto e na actividade piscatória outras das suas potencialidades económicas.

«A Figueira foi encravada anos a fio por falta de infra-estruturas (...) e foi impedida de tirar partido do seu enorme potencial», disse, considerando que «a ligação a Espanha em boas condições é fundamental» para o



desenvolvimento da cidade e da região. «Esta ilha em que se transformou a Figueira tem que explodir, pondo as coisas a marchar concretamente - não é promessas», afirmou o ministro do Equipamento. Cravinho, que se fez acompanhar pelos secretários de Estado Consiglieri Pedroso e Maranha das Neves, anunciou que a cidade passa a dispor, dentro de poucos anos, de «ligações privilegiadas para sul, norte e interior», além da reconversão do

porto de mar. No domínio da construção e exploração de infra-estruturas rodoviárias, o Governo vai lançar a concessão Centro-Litoral, que inclui os itinerários Leiria-Figueira (IC1, com portagem) e entre o IC1 e a auto-estrada do norte (IC8, sem portagem). Este investimento ronda os 45 milhões de contos e abrange uma extensão de 65 quilómetros. Na sexta-feira, dia 27, foi lançado o con-

curso para construção do sub-lanço 1 do troço Santa Eulália/Coimbra (norte) da A14, que faz parte do itinerário que liga Figueira a Vila Verde da Raia (IP3).

Este sub-lanço, com portagem e que deverá custar 10 milhões de contos, vai ligar ao nó de Montemor-o-Velho e ao nó com ligação à estrada nacional 335 (Cantanhede).

O sub-lanço 2, com origem na Zambujinha e termo em Coimbra (norte), encontra-se em fase de avaliação ambiental, decorrendo a consulta pública até 3 de Maio.

No porto da Figueira da Foz estão em curso várias obras e outras vão ser adjudicadas até Junho, com custos na ordem dos 3,5 milhões de contos.

Os melhoramentos abrangem a acessibilidade marítima e ferroviária, o terminal de graneis, suas redes e pavimentação.

Em Mira, João Cravinho, acompanhado pelo secretário de Estado José Augusto Carvalho, presidiu à deliberação de um contrato-programa com a Câmara Municipal.

O documento abrange um investimento de 164 mil contos em infra-estruturas na Videira Norte.

O protocolo, celebrado no âmbito da cooperação técnica e financeira entre o Estado e as autarquias, prevê uma comparticipação de 50 por cento da administração central.

## GOVERNO PROMETE SER IMPLACÁVEL

**O** Executivo socialista vai ser «implacável» com as empresas que não entregam à Segurança Social os descontos dos respectivos trabalhadores, utilizando o dinheiro para uso próprio, garantiu, no dia 26, no Porto, o secretário de Estado, Ribeiro Mendes.

«Os crimes de colarinho branco contra a Segurança Social vão deixar de compensar», assegurou, acrescentando terem já sido, este ano, entregues ao Ministério Público 43 processos de acusação.

Em caso de condenação, os empresários em causa incorrem em penas que podem ir até aos cinco anos de prisão.

O secretário de Estado da Segurança Social e das Relações Laborais adiantou que estes processos resultam de uma primeira fase de averiguações, que «envolve, neste momento, mais de cem casos em análise» nos Núcleos de Averiguações de Ilícitos Criminais (NAIC), criados no âmbito do Plano de Combate à Fraude e Evasão Contributiva.

Ribeiro Mendes, que falava na abertura de um encontro regional sobre a «Evolução dos Crimes contra a Segurança Social», revelou que a dívida à Segurança Social ascende a 400 milhões de contos, um número que classificou de «impressionante»,



incidindo sobretudo nos distritos do Porto e Braga, onde está implantada a maioria da indústria transformadora.

«O clima de passividade alimentou, durante muitos anos, o crescimento da dívida das empresas», salientou o governante, recordando que a instituição do Plano Mateus, em 1996, deu a possibilidade de regularização das dívidas, suspendendo as execuções fiscais que estariam em curso.

«Em 1996, foi assumida a regularização das

dívidas à Segurança Social, um ano depois essas dívidas foram apuradas e contratualizado o sistema de pagamento prestacional que, em 1998, entrou em vencimento de cruzado», recordou.

«Em 1999, entramos numa nova fase, com uma postura pro-activa, em que vamos reforçar a fiscalização e punir os infractores», garantiu, salientando que «o Governo começa agora a saber quem está a cumprir o pagamento prestacional e quem não tem

hipóteses de sobreviver».

Ribeiro Mendes assegurou que «todos os que tenham entrado, ou entrem, em incumprimento serão alvo de execução fiscal».

O secretário de Estado da Segurança Social afirmou ainda que «é o velho devedor que tem estado a gerar dívida nova» e garantiu como objectivo do Executivo a «eliminação dos falsos empreendedores». Os receios de instabilidade social provocada pelo reforço das fiscalizações e das execuções fiscais foram rejeitados por Ribeiro Mendes ao sublinhar que «o incumprimento tolerado é que cria problemas».

«Todos os que estavam em dívida puderam regularizar a sua situação», salientou, adiantando: «Hoje a maioria cumpre, sendo em benefício desses que combatemos os infractores, criando, ai sim, estabilidade social e a confiança dos investidores».

As desigualdades sociais, a concorrência desleal e a falência da Segurança Social foram apontadas como as consequências que o Governo pretende evitar ao apertar o «cerco» aos prevaricadores.

Ribeiro Mendes referiu-se ainda à situação dos clubes de futebol, garantindo que «estão a cumprir as suas obrigações, graças a um grande esforço».



## Albufeira

### Câmara apoia instituições de solidariedade social

A Câmara Municipal de Albufeira atribuiu um subsídio de 500 mil escudos à Conferência Beato Vicente de Santo António, reconhecendo o valioso contributo daquela congregação no apoio à população mais carenciada do concelho.



Ainda no âmbito social, a autarquia deliberou atribuir uma verba de 750 mil escudos à Associação Sociocultural e Recreativa dos Amigos da Terceira Idade de Albufeira.

A decisão tem por base a importância social das actividades desenvolvidas pela associação, no que se refere ao bem-estar da população idosa e reformada do município.

### Arranjo e pavimentação de estrada

A Câmara Municipal de Albufeira abriu concurso para adjudicação da empreitada de arranjo e pavimentação da Estrada da Orada-S. Rafael.

A obra, com um custo estimado em cerca de 47 mil contos, inclui a construção de muros de suporte e alargamento da faixa de rodagem.

### Nova biblioteca municipal

A autarquia abriu ainda concurso com vista à adjudicação da elaboração do projecto da nova biblioteca municipal de Albufeira.

O preço-base do concurso é de 18 mil contos.

## Cabeceiras de Basto

### Novo Centro Comunitário

O Executivo da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto deliberou adquirir uma parcela de terreno, no valor de quatro mil contos, com vista à construção de um Centro Comunitário a edificar na Freguesia de Cavaz.

O edifício destina-se a albergar as sedes sociais das associações existentes na referida freguesia, permitindo, para além das

actividades quotidianas das associações, em espaços de gestão autónoma, desenvolver as mais variadas actividades socioculturais, em espaços colectivos destinados a esse fim.

## Cascais

### Autarquia promove «Unplugged»

A Câmara Municipal de Cascais vai promover «Unplugged», um conjunto de actuações ao vivo na área das artes de espectáculo, nomeadamente a música, teatro, dança, recitais, arte circense, entre outras.



Trata-se de uma iniciativa dirigida à população jovem residente no concelho.

Este projecto de espectáculos acústicos, tipo «unplugged», está inserido na Maré Jovem de Cascais, e irá decorrer entre Abril a Dezembro, no Teatro Gil Vicente, em Cascais, podendo os interessados em participar fazerem as suas inscrições no Centro de Informação Jovem da autarquia, até ao dia 12 de Março, pelo telefone 482 25 76 ou por E-mail.

## Fafe

### Instalação de quiosques

A Câmara Municipal de Fafe aprovou o regulamento para a concessão de lugares para a instalação de quiosques na cidade, dado ter terminado a concessão anterior. A aquisição e instalação dos quiosques objecto da exploração competem ao adjudicatário, devendo aqueles obedecer aos modelos previamente aprovados pela edilidade.

## Ferreira do Alentejo

### Exposição de pintura e escultura

Numa iniciativa da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, decorre desde o passado dia 25 de Fevereiro e até 10 de Março uma exposição de pintura e escultura de Rafa e Ana Rodrigues, intitulada «Audição do Olhar».

A exposição, que está patente ao público no Espaço Museológico Municipal, insere-

se no âmbito da política cultural do município de Ferreira do Alentejo.

## Ovar

### Câmara incrementa associativismo

No âmbito da política de apoio ao associativismo que tem vindo a ser prosseguida pela Câmara de Ovar, foram assinados no passado dia 1 de Março importantes protocolos com associações das áreas do desporto, ambiente, escutismo, educação e protecção dos animais.



A autarquia de Ovar tem uma política de incremento do associativismo, por considerar que as associações e colectividades de cultura e recreio são parceiros fundamentais no desenvolvimento sociocultural do concelho.

## Porto

### Nova Biblioteca no Palácio de Cristal

No passado dia 27 de Fevereiro, nos jardins do Palácio de Cristal, o ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, e o presidente da Câmara do Porto, Fernando Gomes, numa cerimónia pública que contou com a presença de centenas de cidadãos, colocaram a primeira pedra do Edifício Cultural/Biblioteca Almeida Garret.

Assim, no 25º aniversário do 25 de Abril de 1974 e no segundo centenário do nascimento de Almeida Garret e 166 anos depois do decreto real da Fundação da Biblioteca do Porto, nasce uma nova biblioteca na Cidade Invicta, para ser inaugurada no início do século XXI e virada para as novas tecnologias de informação porque, como em 1833 e embora com contornos diferentes, a ignorância humana continua a ser ir-reconciliável com a liberdade.

A nova Biblioteca e Edifício Cultural, cujas obras já se iniciaram, correspondem a um investimento global de cerca de 1,4 milhão de contos.

A Biblioteca Almeida Garret procurará fazer dos livros, dos jornais, dos CD, dos CD-Rom e das ligações à Internet objectos acessíveis para usar, emprestar e circular, aproximando a população do livro, da in-

formação e da cultura, através de programas paralelos e complementares destinados a todos os níveis etários.

A nova Biblioteca terá também uma galeria para exposições permanentes e um auditório.

## Vila do Conde

### Obras no Centro Social Paroquial

O Programa Comunitário de Reabilitação Urbana, já definido para as Caxinas e Poça da Barca, permitiu que a Câmara Municipal de Vila do Conde e o Centro Social Paroquial daquele núcleo piscatório assinassem um protocolo de parceria para o desenvolvimento de um vasto conjunto de acções de apoio social à infância ao nível de creche e de ocupação dos tempos livres das crianças.

As obras, orçadas em cem mil contos, constarão do aumento e da remodelação do edifício do Centro Paroquial.



## Vila Real de S. António

### Milhares de foliões na Baía de Monte Gordo

Os festejos carnavalescos em Vila Real de S. António e Monte Gordo registaram este ano a participação de cerca de 20 mil foliões, segundo estimativas da Câmara Municipal de Vila Real de S. António, entidade responsável pela organização do evento.

Original, ao contrário da generalidade dos festejos que se realizaram um pouco por todo o País, o Carnaval de Vila Real de S. António evitou a crítica política e centrou as suas alegorias em temas infantis.

Assim, com mais de mil crianças e jovens de todo o concelho, que deram corpo aos vários carros alegóricos e a um corso onde os heróis eram célebres figuras do imaginário infanto-juvenil: do Pinóquio à Cinderela, sem esquecer a Alice do País das Maravilhas ou o Gato das Botas, entre outros.

O Carnaval da Baía de Monte Gordo assume-se cada vez mais como um pólo de atracção turística da região, captando todos os anos milhares de visitantes de toda a região e ainda da vizinha Andaluzia, Espanha.



## MOTA TORRES VENCE

O presidente do PS, Almeida Santos, apelo no dia 28 de Fevereiro à unidade do PS-Madeira, quer da Direcção, quer do Grupo Parlamentar, porque, frisou, «é preciso que deixemos de dar tiros no pé» e o «poder perde-se mais do que se ganha».

O camarada Almeida Santos fez este apelo na cerimónia de encerramento do IX Congresso Regional do PS-Madeira que reelegueu por larga maioria o camarada Mota Torres como presidente do partido na Região. O camarada Almeida Santos pediu também imaginação ao PS-Madeira para se constituir na alternativa ao PSD-M, e disse defender a autonomia regional a qual, na sua opinião, tem como limite apenas o Estado federado porque o Continente, os Açores e a Madeira «somos todos portugueses».

O líder do PS/Madeira, Mota Torres, esclareceu na sua intervenção que no final do congresso, e depois de eleitos os órgãos do partido, «não há lugar para questionarmos sobre a legitimidade dos órgãos dirigentes».

«Estamos todos unidos em torno de uma ideia comum, que é unir o PS e prepará-lo para as batalhas do futuro», referiu.

Mota Torres salientou que o adversário do PS é o PSD-M, o presidente da sua comissão Regional e o presidente do Governo Regional, relativamente ao qual pediu que se preocupasse mais com os reais problemas da Madeira do que com os «cubanos» (os continentais), e em pagar ao líder do PS-



M uma passagem de avião, para que ele vá definitivamente para o Continente.

Para a presidência do partido, a lista A de Mota Torres obteve 172 votos, a lista C 66 votos, a lista B 49 e registando-se ainda seis votos brancos.

Para a presidência da Comissão Regional, a lista A registou 171 votos, a lista C 67, a lista B 51, brancos 4 e nulos 1.

Para a Comissão Regional a lista A teve 177 votos, a C 69 e a B 49 votos, tendo sido elei-

tos 43 elementos da A, 16 da C e 12 da B.

Para a Comissão Regional de Jurisdição, a lista A obteve 176 votos, a lista C 63 votos, a lista B 50, brancos seis e nulos dois.

Para a Comissão Regional de Fiscalização Económica, a lista A teve 171 votos, a lista C 64 votos, a lista B 50 votos, e brancos seis.

João Carlos Gouveia, primeiro subscritor da lista B, a menos votada, assumiu-se como «alternativa política» ao camarada Mota Torres, mas sublinhou que a sua «boca será um sepulcro até 2000», e que só falará «se for mandatado pelo PS».

O subscritor da moção D, Gois Mendonça, retirou a sua lista em favor da lista C de Ricardo Freitas, e assumiu-se como candidato à presidência da Comissão Regional do partido por esta lista.

O ainda secretário-geral do PS/Madeira, André Escorcio, reafirmou que os elementos que constituem a presidência do Grupo Parlamentar na Assembleia Legislativa Regional deveriam pedir a renúncia dos seus mandatos de deputados.

Outra crítica de André Escorcio diz respeito à falta de contribuição financeira do Grupo Parlamentar para com o partido, tendo lembrado que em 1997 o GP contribuiu, no âmbito da Lei Eleitoral, com cerca de 12 mil contos, numa média de mil contos-mês e que em 1998 essa contribuição não chegou aos dois mil contos, precisamente no ano em que o presidente do Grupo Parlamentar, Fernão Freitas, se incompatibilizou com o líder do partido, Mota Torres, ao pedir a

sua demissão pelos maus resultados obtidos nas eleições autárquicas.

O deputado do PS/Madeira na ALR, Jacinto Serrão, em declarações aos jornalistas, defendeu também que com a vitória de Mota Torres, o líder parlamentar do PS/Madeira, Fernão Freitas, deveria colocar o seu lugar à disposição porque caso não o faça irá dificultar a vida do Grupo Parlamentar.

«Este diferendo não pode ser mais sustentado, sob pena do partido se descredibilizar cada vez mais junto da opinião pública», disse.

De referir que Fernão Freitas não esteve presente nos trabalhos do IX Congresso Regional do PS-Madeira, que decorreu subordinado ao lema «Autonomia, um projecto dos madeirenses».

Durante o decorrer da reunião magna dos socialistas madeirenses, a ausência de Fernão Freitas foi duramente criticada, tendo mesmo a militante socialista Rita Pestana afirmado que Fernão Freitas deveria apresentar a demissão das suas funções de liderança na Assembleia Legislativa Regional (ALR).

O presidente da Mesa do Congresso, Duarte Caldeira, por sua vez, manifestou o seu gozo pela forma como o Congresso decorreu e esclareceu que não haverá «silenciamento» no partido relativamente às minorias.

Apelou, no entanto, para que a discussão crítica se faça dentro do partido e não nos órgãos de Comunicação Social.

Os militantes da Federação do PS/Benelux elegeram no dia 21 de Fevereiro o camarada Paulo Pisco para presidente desta estrutura.

Votaram as secções de Amsterdão, Roterdão, Haia e Bruxelas, tendo-se registado 66 votos a favor da lista de Paulo Pisco, um voto contra e um branco.

O camarada Paulo Pisco, assessor de imprensa dos socialistas portugueses no PE, apresentou-se aos militantes com a moção «Renovar, Afirmar o Benelux», na qual defende uma renovação em termos de jovens e mulheres, bem como um relacionamento mais aprofundado entre os órgãos da Federação e cada uma das secções do PS/Benelux.

Na sua moção, o camarada Paulo Pisco defende ainda uma nova abordagem das políticas para as comunidades portuguesas e afirma ser necessário preparar afinadamente os dois actos eleitorais que se aproximam, ou seja, as eleições europeias de Junho e as legislativas de Outubro.

O Congresso para a apresentação e discussão da moção realiza-se no dia 14 de Março e já está confirmada a presença do camarada António Galamba, secretário nacional para a Organização do PS.

No âmbito do seu Plano de Actividades, a Secção de Setúbal do PS realizou mais uma Reunião Mensal de Militantes.

O tema em debate foi «O 25 de Abril de 1974 e o PS no virar do século», que teve como convidado o capitão de Abril e deputado do PS Marques Júnior.

Perante uma numerosa plateia de militantes, muitos dos quais filiados no PS desde 1974, o camarada Catarino Costa, presidente da Comissão Política Concelhia e secretário-coordenador da Secção de Setúbal, fez a apresentação do convidado, destacando o facto de se tratar de um capitão de Abril ter decidido celebrar os 25 anos do 25 de Abril com a sua adesão formal ao PS, conforme foi publicamente anunciado no recente Congresso Nacional realizado no Coliseu dos Recreios, em Lisboa.

Destaque para o facto de Marques Júnior ter sido o primeiro militar de Abril a ser agraci-

ado com a Ordem da Liberdade e ser a Secção de Setúbal a primeira estrutura do Partido, a nível nacional, a promover uma iniciativa deste tipo, para comemoração das bodas de prata da Revolução dos Cravos.

O camarada Marques Júnior, após salientar ser esta a primeira acção política em que participa na qualidade de filiado no PS, recordou os momentos e factos mais marcantes do 25 de Abril que derrubou a mais velha ditadura da Europa e devolveu a liberdade e a democracia ao nosso País.

O capitão de Abril e deputado socialista sublinhou que foi a grande adesão da população, que saiu à rua contrariando as próprias instruções do MFA difundidas pela rádio, colocando-se ao lado dos militares, que permitiu o êxito da acção inviabilizando qualquer contragolpe de forças afectas à ditadura do chamado Estado Novo.

Durante o debate, muito vivo e participado, o deputado socialista Marques Júnior respondeu a todas as questões que lhe foram colocadas.

## Razões de uma adesão

O capitão de Abril explicou quais as razões de ter sido escolhido o dia 25 de Abril, homenageou muitos dos seus camaradas de então e referiu que a adesão ao PS era um acto lógico e coerente, mas com o significado especial de, nas bodas de prata da Revolução dos Cravos e na viragem do século, alguém que foi protagonista do 25 de Abril acreditar que o PS é a força política que deve continuar a liderar o País no rumo do desenvolvimento e do progresso, da justiça e da equidade, num quadro de referência onde os ideais de Abril estão sempre presentes.

Entretanto, está já agendada a próxima Reunião dos Militantes de Setúbal, que se realizará no próximo dia 19 de Março.

## Reunião da Comissão Política Nacional

Realiza-se hoje, às 18 e 30, na sede nacional do Largo do Rato, em Lisboa, a reunião da Comissão Política Nacional do PS.

A reunião tem como ponto único a análise da situação política.

MULHERES

Jovita Ladeira

## A POLÉMICA DAS «QUOTAS»



**E**m coerência e porque a minha consciência assim o exige, irei expressar a minha opinião sobre uma questão tão polémica, tão discutível e tão ambígua como é a questão das «quotas».

Vejo as quotas, como medida excepcional e transitória, para abrir caminhos às mulheres e à sua afirmação na política, uma forma de acelerar processos e de criar oportunidades, é um mal necessário.

Por princípios, entendo que os lugares devem ser ocupados pela competência, pelo mérito e pelas convicções de cada qual, mas a realidade é bem diferente.

A sociedade portuguesa, embora o quadro legal defina iguais responsabilidades dos cônjuges, é fortemente masculinizada e a divisão tradicional dos papéis sexuais é um facto.

A mulher portuguesa conseguiu a partilha do mercado de trabalho, impôs-se nas habilitações académicas, mas paradoxalmente são as primeiras no desemprego, as últimas em cargos de chefia e até recebem salários mais baixos.

Estudos revelam que a mulher teve de acumular tarefas e responsabilidades familiares e profissionais, porque a partilha de tarefas no agregado familiar ainda é diminuta.

Nestas circunstâncias é óbvio que pouco tempo, ou nenhum, resta quer para se envolver em organizações não governamentais culturais, recreativas e desportivas, uma mais valia de competências para o campo político, quer para disponibilizar para a «política». As responsabilidades familiares impedem-na de ter acesso ao exercício efectivo de cidadania.



Afirmar que as mulheres não estão mobilizadas para a política é pura hipocrisia, o gosto ou o interesse não têm a ver com a especificidade do género, como se as mulheres nascessem a não gostar de política, os gostos e os interesses são objecto

de uma educação e socialização. São factores sociais e culturais que fazem com que o sexo feminino seja preferido para cargos de nomeação, nomeadamente, os políticos.

É preciso que às mulheres lhes seja facil-

tada a possibilidade de escolha.

Leis, isoladas, não mudam mentalidades. Quotas, só por si, não vão alterar a situação da mulher em Portugal, medidas complementares deverão ser tomadas. Por exemplo: Criação de apoios à conciliação entre vida familiar e profissional, alteração dos currículos escolares e até os partidos deverão repensar a sua organização e o modo de funcionamento.

Hoje irá ser votada na Assembleia da República a Lei sobre «Quotas» e será rejeitada, mas teve o mérito de dar visibilidade a uma desigualdade crónica, teve o mérito de um assumir público, sob a forma de compromisso, por parte de todos os líderes partidários da necessidade de inclusão de mais mulheres nos órgãos de decisão política (Assembleia da República, Poder Local e órgãos partidários).

Não podemos encarar as quotas como uma guerra de sexos. A essência da Democracia reside na participação activa dos cidadãos, homens e mulheres, na vida do seu país e constitui condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático.

Lideranças mais equilibradas vão contribuir para a melhoria dos processos políticos de decisão e para decisões mais correctas. Duas maneiras de ver as coisas, nem melhor nem pior, mas diferentes permitirão construir uma sociedade para a família humana.

Em nota de rodapé e para reflexão das «elites» deixo dados do «povo»: oitenta por cento dos portugueses entendem que há mulheres a menos na política e 61 por cento concordam com as quotas para ajudar a resolver o problema.

CONGRESSO DO PS

Nestor Rebelo Borges

## CONFIANÇA NOS PORTUGUESES

**P**ela primeira vez assisti, como observador atento e assíduo, a um Congresso Nacional do Partido Socialista. Fica gravado na memória para toda a vida, não só pelo facto de corresponder às expectativas como também pela amplitude, pela dimensão que atingiu e que, indubitavelmente, faz do PS o maior Partido português, solidificado na Revolução dos Cravos e projectado no rumo certo, na via-única do século XXI englobado no projecto europeu.

Indescritível, verdadeiramente fantástico. Foram estas as expressões que utilizei para qualificar o evento, tão bem organizado (parabéns ao camarada Fausto Correia e a todos os elementos da COC) irrepreensivelmente dirigido pelo excepcional Almeida Santos (como só ele sabe fazer).

Permitam que aponte um equívoco. Nin-

guém se dirigiu, ninguém mencionou, ninguém saudou os observadores presentes, também eles – uns mais que outros – grandes socialistas, e que esgotaram por completo os camarotes do Coliseu. Pela minha parte, assumindo um puro e sério socialismo democrático, perfeitamente identificado com os princípios doutrinários do Partido, um simples militante de base, mas que trabalha com entusiasmo, confiante e convicto, pelo Partido, para o Partido e com o Partido, relevo para segundo plano esta questão.

O XI Congresso do Partido Socialista pauteou-se pela eficácia, pela eficiência e sobretudo pela qualidade, não só a nível de moções apresentadas e discutidas, com seriedade, rigor e inteligência como também pela intervenção e colaboração de todos os congressistas teve inevitavelmente como ponto alto o discurso do nosso

secretário-geral, António Guterres, quando anunciou – para surpresa de toda a Comunicação Social – a candidatura de Mário Soares ao Parlamento Europeu.

E refiro este facto, à parte das excelentes intervenções do nosso secretário-geral, porque marcou efusivamente tudo e todos. A euforia, a felicidade imensa apoderaram-se do nosso estado de espírito – Soares é inequivocamente fixe. Não pude conter as lágrimas, que já me haviam fugido, quando passava no écran a «pequena metragem» histórico do Partido Socialista, desde 73.

A emoção e a militância, aliadas ao projecto de progresso do País, projecto de confiança, com credibilidade, e, sobretudo, um projecto estável, como características dominante deste Governo, foram critérios mais que suficientes para uma avaliação final estrondosamente positiva.

Ganha o País, ganham os portugueses. Nós confiamos no eleitorado e cremos que o eleitorado confiará em nós. De 1995 até hoje, fez-se mais e melhor em Portugal do que em dez anos de cavaquismo.

Somo um Partido único, de plena abertura à sociedade, ao diálogo, que se preocupa com os problemas da população. É com este espírito que encaramos o futuro, prometendo trabalho, esforço e dedicação na defesa dos interesses e na qualidade de vida de todos os portugueses sem excepção, no combate ao desemprego, à insegurança e à droga – apontado por António Guterres -, ao encontro da inclusão (e não exclusão) social. Camaradas, vamos trabalhar, vamos vencer os desafios que se avizinham. De forma séria e coordenada, vamos unir esforços e ganhar as legislativas com maioria absoluta.

Viva o PS. Viva Portugal



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

**Circo em Abrantes**

Integrado no programa da Feira de São Matias '99, o circo vai à cidade de Abrantes. Assim, a partir de hoje e até domingo, dia 7, o Circo Chen, considerado pelos entendidos como «o melhor do País», estará no local da feira, junto ao Centro Coordenador de Transportes, para satisfação de todos os amantes das, sempre entusiasmantes, artes circenses, e numa forma de complemento do programa da Feira de São Matias.

Este evento decorrerá até ao dia 8, coexistindo, no mesmo espaço, *stands* de quinilharias, marroquinaria, loiças, cobses e os mais variados divertimentos electro-mecânicos.

**Poesia em Albufeira**

A autarquia local convida os apreciadores de pintura para a inauguração da exposição de Maija Karhunmaa e Reis Silvam, que acontecerá hoje, pelas 21 e 30, na Galeria de Arte Pintor Samora Barros.

A mostra permanecerá patente até ao final deste mês, podendo ser visitada diariamente das 10 e 30 às 17 horas, excepto nos feriados.

Na sessão inaugural haverá também um «Serão de Poesia» sobre Antero de Quental. Este sábado, às 21 e 30, assista, no Auditório Municipal, a um recital de guitarra a cargo do solista Juan Carlos León e fique a conhecer um pouco melhor o vastíssimo repertório latino-americano contemporâneo.

**«Unplugged» em Cascais**

A mostra «A Semana Que Mudou Portugal» estará patente ao público, no Jardim Visconde da Luz, até à segunda-feira, dia 8, numa iniciativa inserida no vasto programa de comemorações dos 25 anos do 25 de Abril.

A Câmara Municipal vai promover «Unplugged». Trata-se de um conjunto de actuações ao vivo na área das artes de espectáculo, nomeadamente a música, teatro, dança, recitais, arte circense, entre outras, numa iniciativa dirigida pela população jovem residente no concelho.

Este projecto de espectáculos acústicos, tipo «unplugged», está inserido na Maré Jovem de Cascais e irá decorrer entre os meses de Abril a Dezembro, no Teatro Gil Vicente, podendo os interessados em participar realizarem as suas inscrições no Centro de Informação Jovem da autarquia local, até ao dia 12, pelo telefone 482 25 76 ou pelo e-mail: juventude.div@cm-cascais.pt.

**Literatura em Coimbra**

O balanço da literatura portuguesa do século XX é o objectivo de um ciclo de conferências que se desenrolam ao longo do ano lectivo, promovido pelo Instituto de Línguas da Faculdade de Letras da Universidade

de Coimbra. Hoje, Clara Rocha abordará a «Defesa e Simplificação do Surrealismo Português». Cinco dias depois, na próxima terça-feira, Carlos Reis falará da «Fortuna e Desfortuna do Neorealismo». «Rainhas» é o título genérico da mostra de pintura da artista Bárbara Walraven, aberta ao público, na Casa Municipal da Cultura.

**Cinema em Faro**

«A Gente Diverte-se» é o tema do ciclo de cinema agendado para este mês pelo Cineclub, que conta com a presença do realizador português João Botelho na apresentação do seu mais recente filme «Tráfico». Assim, amanhã e depois de uma estreia em grande com «Vidas Diferentes», de Danny Boyle, será a vez do americano Joel Coen com «O Grande Lebowski», de 1988, e três dias mais tarde, na segunda-feira, cabe ao realizador britânico Alexander Mackendrick divertir a plateia com «O Homem do Fato Claro», película de 16 milímetros datada de 1951.

**Jogos culturais em Ferreira do Alentejo**

Amanhã, às 9 e 45, abre ao público, na Galeria de Arte da Capela de Santo António, uma exposição de trabalhos de pintura e fotografia dos Ill Jogos Culturais.

Meia hora mais tarde e no âmbito da mesma iniciativa, será inaugurada, na Biblioteca (antigo tribunal), uma mostra de desenho, escultura, pintura e artes tradicionais. A cerimónia de divulgação dos resultados e entrega de prémios realiza-se, no Centro Cultural Manuel da Fonseca, a partir das 21 horas.

Segue-se uma noite cultural com declamação de poesia, a actuação de um grupo coral infantil, Rebentos do Alentejo, e uma apresentação da Orquestra de Harmónicas de Ponte de Sor.

O domingo, dia 7, abrirá as comemorações do Dia Internacional da Mulher com a exibição do filme «Quatro Mulheres Apaixonadas», às 21 Horas, no Centro Cultural. Um Sarau Musical a cargo do Grupo de Câmara Vocali, à mesma hora e no mesmo local, encerrará as iniciativas que assinalam a efeméride dedicada à mulher, no seu dia, segunda-feira (8 de Março).

**Música em Guimarães**

O Festival de Inverno'99 prossegue esta semana com um concerto da Banda Cheiro de Amor, no sábado, dia 6, no Pavilhão Desportivo Francisco de Holanda. No mesmo dia, mas no Auditório da Universidade do Minho, assista ao espectáculo da Orquestra do Norte.

**Teatro em Lisboa**

«O Poeta é um Fingidor» é o espectáculo com que, todas as quintas-feiras, como

hoje, até ao dia 29 de Abril, o Instituto de Artes do Espectáculo homenageia o actor João Villaret.

Ao preço de 800 escudos, o público poderá assistir a esta peça, baseada em textos de autores como Luís de Camões, Florbela Espanca, Cesário Verde e mais dez outros poetas portugueses.

Com o teatro Maria Matos como cenário e encenação de Nuno Miguel Henriques, «O Poeta é um Fingidor» conta com Vítor de Sousa, Lucília São Lourenço e Nuno Miguel Henriques nos principais papéis.

Às 19 horas de amanhã vá até ao Delegado Regional de Lisboa do IPJ para um espectáculo de dança e teatro a cargo do grupo Estrelas Cabo-Verdianas. Também a partir de amanhã e até ao dia 29 visite a exposição de fotografia «Casal Ventoso – No Vendaval da Mudança», de Carlos Gil, que estará patente no Centro Comercial Colombo – Loja 0.007.

O Dia Internacional da Mulher (8 de Março) será marcado, entre outras coisas, pela abertura ao público da mostra de pintura do artista Tigo, «Homenagem à Mulher, que permanecerá patente até ao dia 22, na Biblioteca Municipal Camões.

**Dança em Setúbal**

A Temporada de Música e Dança traz para o próximo domingo, dia 7, um encontro de coros infantis.

**Arquitectura no Porto**

Mário Merz (Itália, 1925) apresenta, na Fundação de Serralves, até ao dia 28, uma exposição especialmente concebida para o espaço da casa, resultante da aplicação das séries numéricas de Fibonacci à sua arquitectura.

**Gastronomia em Valença**

A Câmara Municipal promove, no dia 7, a iniciativa «Domingos Gastronómicos, visando dinamizar, promover e afirmar a gastronomia mais tradicional e genuína da região.

SUGESTÃO

**Pierre Boulez**

O maestro francês Pierre Boulez, que recentemente recebeu dois prémios Grammy, apresenta-se, amanhã, em Lisboa, à frente da Orquestra Filarmónica de Londres, na Fundação Calouste Gulbenkian.

O compositor de origem gaulesa, actualmente maestro titular da Orquestra de Chicago recebeu o Grammy para o Melhor Concerto de Orquestra pela sua gravação em disco da «Nona Sinfonia» de Mahler e ainda um Grammy para a Melhor Ópera pela gravação de «O Castelo do Barba-Azul», de Bela Bartók, com a soprano norte-americana Jessye Norman e o barítono húngaro Laszlo Polgar.

Pierre Boulez dirigirá a Orquestra Filarmónica de Londres, no Grande Auditório da Gulbenkian, no âmbito de uma digressão pela Europa.

O programa a apresentar nos diversos concertos é constituído por Mahler, Webern, Schoenberg e ainda obras do próprio Pierre Boulez.

O maestro gaulês, que festeja 74 anos no próximo dia 26, tem gravado recentemente com as melhores orquestras americanas e europeias, para a DGC. Juntamente com Sir Georg Solti e Stevie Wonder é dos músicos com o maior número de Grammys ganhos - mais de 20.

Recorde-se que os Grammys são entregues pela Academia das Artes e das Ciências do Disco dos Estados Unidos que congrega dez mil membros.

Em França, o compositor é presidente do Ensemble Intercontemporaine e membro do Conselho de Administração da Cité de la Musique, em Paris.

Não perca esta oportunidade de o ver ao vivo!

**POEMA DA SEMANA**  
Seleção de Carlos Carranca

**Ao desconcerto do mundo**

*Os bons vi sempre passarO  
No mundo graves tormentos  
E para mais me espantar  
Os maus vi sempre nadar  
Em mar de contentamentos.  
Cuidando alcançar assim  
O bem tão mal ordenado  
Fui mau mas fui castigado.  
Assim que, só para mim,  
Anda o mundo concertado.*

**Luís Vaz de Camões**

Programa III  
**Ballet Gulbenkian**  
Temporada 98/99  
**MARÇO** Dias 10, 11 e 12 – 21h30  
Dia 13 - 16h e 21h30  
**Un/Do**  
(Estreia em Portugal)  
**The Vile Parody of Address  
Les Noces**  
(Estreia pelo Ballet Gulbenkian)  
Grande Auditório  
Fundação Calouste Gulbenkian  
Lisboa



## TRANCAS NAS PORTAS

**H**á poucos dias, o líder do PP, Paulo Portas, reagiu com violência, em conferência de imprensa, à suposta perseguição pessoal que lhe estaria a ser movida pelo Governo, e por alguns órgãos de comunicação social. Estão em causa as supostas ligações do Dr. Portas à *Universidade Moderna* e, muito em especial, às empresas a ela associadas, nomeadamente sobre o quadro dos reflexos fiscais e patrimoniais dessas ligações. Serei o último a tomar uma posição sobre esta matéria, não só porque confio na justiça num estado de Direito, mas porque eu próprio já fui vítima (a um nível menor, reconhecimento) da publicação de falsidades e atoardas na comunicação social. Situação que, aliás, resolvi recentemente, com plena satisfação e a meu favor, nos tribunais portugueses. Só que me recordo ainda muito bem do período em que o Dr. Portas foi director de um Semanário conhecido no nosso universo comunicacional. Recordo, aliás, *tão bem*, que não sinto qual-

quer piedade ou simpatia pelas posições do Dr. Paulo Portas (ou pela criatura em particular). E nem a tolerância da Dra. Beleza, uma das vítimas privilegiadas do líder do PP, enquanto jornalista, amenizam o meu juízo. Em questões de família não me meto! Deixemos pois que a justiça (e a história) siga o seu ritmo normal. Seja-me no entanto permitido pensar (por instinto apenas e sem qualquer base probatória que não me compete) que a novela não acabará muito bem para o citado personagem. Há, no entanto, um aspecto nesta questão que, revelando uma enormíssima importância, acabou por ser menos valorizado junto da opinião pública. Refiro-me ao «esquecimento» na apresentação da declaração de rendimentos e interesses no Tribunal Constitucional, a que está obrigado o dirigente político Paulo Portas. Não há esquecimento, nem ignorância da lei que «justifiquem» esta atitude pois ela é claramente um desrespeito pelas regras mais elementares da vida política portu-

guesa. É é tanto mais grave quanto foi em volta da questão dos rendimentos e dos interesses que o *jornalista Portas* construiu o seu perfil de «justiceiro». E também porque, enquanto deputado, quis valorizar sobretudo (e percebe-se agora que for razões meramente mediáticas) a sua presença na Comissão Parlamentar de Ética que tem, entre as suas funções, precisamente, a de verificar a conformidade dos deputados e dos agentes políticos em geral, com a lei dos rendimentos e dos interesses. Este lamentável episódio terá seguramente algumas vantagens. Desde logo, o apuramento patrimonial e a clarificação da relação do cidadão em causa, para com o fisco. Depois, se for caso disso, a penalização dos prevaricadores, seja por delito de opinião ou por eventual peculato. Mas sobretudo que o episódio sirva para perceber a verdadeira natureza (humana) e o carácter do actual líder do CDS/PP. Para que ninguém se engane e se arrependa quando já for tarde!

«Continuo a ser um homem de esquerda.»  
**Emídio Rangel**  
Público, 27 de Fevereiro


«Ainda há muita pobreza, ainda há muita gente que não tem acesso à cultura, à educação, à saúde. Há objectivos do 25 de Abril que não foram cumpridos.»  
**Idem, ibidem**

«Normalmente, voto no Partido Socialista.»

«É minha profunda convicção de que (Salazar) foi a pior coisa que aconteceu a Portugal no século que está a terminar. Mas alguns dos seus apoiantes aparecem agora, a coberto das comemorações do 25 de Abril, a «branquear o ditador e o seu regime.»  
**António Mega Ferreira**  
Público, 1 de Março

«Por mim, que li as entrevistas de António Ferro a Salazar e aos outros ditadores que retratou, e os volumes dos Discursos antes do 25 de Abril, e a obra biográfica de Franco Nogueira depois, estou pronto a detectar qualquer nota de originalidade que surja sobre aquela figura, cujo melhor retrato ainda é o de Abel Manta.»  
**Medeiros Ferreira**  
Diário de Notícias, 2 de Março

«O Salazar dos vencidos continua a ser o de António Ferro e de Franco Nogueira. O Salazar dos vencidos e dos convencidos, entenda-se.»  
**Idem, ibidem**



Por favor remeter este cupão para:  
Portugal Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_


Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:  
Acção Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

**Acção Socialista**  
Órgão Oficial do Partido Socialista  
Propriedade do Partido Socialista  
Director  
**Fernando de Sousa**  
Redacção  
**J.C. Castelo Branco**  
**Mary Rodrigues**  
Colaboração  
**Rui Perdigão**  
Secretariado  
**Sandra Anjos**  
Paginação electrónica  
**Francisco Sandoval**  
Edição electrónica  
**Joaquim Soares**  
**José Raimundo**

**Redacção**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Administração e Expedição**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**  
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X  
**Impressão** Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo  
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz